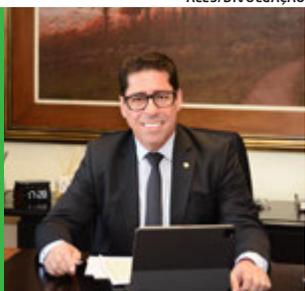


POLÍTICA

Marcelo Santos
com atuação
municipalista)) 5



ALES/DIVULGAÇÃO

COLUNA

As "bruxas"
dos tempos
atuais)) 6



ESHOJE

CULTURA

A busca pela
fama em
websérie)) 8



DIVULGAÇÃO

Cresce número de mulheres que lideram agronegócios

Espírito Santo se destaca no cenário brasileiro com média de crescimento bem superior à nacional, embora a menor parte das propriedades rurais sejam delas)) 3

DE VOLTA PARA CASA PARA CUIDAR DO LAR)) 4



DIVULGAÇÃO

Em acordo com seus maridos, elas entenderam que deveriam deixar seus empregos ou diminuir a carga horária para trazer maior harmonia e estabilidade à família



VITÓRIA F.C./DIVULGAÇÃO

Semis do Capixabão começam sábado (23)

Vitória recebe Rio Branco polenteiro, no Salvador Costa;
domingo (24) é dia do Capa-Preta enfrentar o Porto Vitória)) 7

POR QUE O ESPUMANTE NÃO É CHAMPAGNE?

Colunista explica as origens
e peculiaridades de cada
um dos vinhos brancos)) 9

FOTO DA SEMANA



TCEES/DIVULGAÇÃO

Levantamento da Operação Educação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) mostrou que das 42 escolas vistoriadas em 28 municípios capixabas, 90% não possuem o alvará da Vigilância Sanitária

EDITORIAL

"Uma mulher faz um lar"

Nesta edição, temos uma matéria (página 4) que vai na contramão do que a imprensa normalmente noticia durante o Mês da Mulher. Enquanto o mote, via de regra, é o empoderamento feminino, as conquistas femininas no mercado de trabalho e em cargos de destaque e liderança, a matéria em questão trata do contrário: do retorno das mulheres ao lar, por entenderem sua função fundamental para a harmonia da família.

Compartilho, aqui, na íntegra, a fala do Padre Julinho, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em entrevista ao Anima Podcast, e que explica muito bem a causa principal deste movimento feminino de deixar o emprego - ou diminuir a carga horária - para se dedicar com melhor qualidade às suas famílias.

"Existe uma hierarquia na vida do homem e da mulher. Essa hierarquia precisa ser seguida à risca. Primeiro, é Deus na vida dos dois. Na vida do homem, depois de Deus é a esposa. Na vida da mulher, é o esposo. Depois, na vida de ambos vem os filhos. Depois, na vida do homem, vem o trabalho; e, da mulher, a casa. Depois, na vida do homem, vem a casa; e, da mulher, o trabalho", diz o padre, em meio à indagação dos apresentadores: "Rapaz, vai ter muita gente contestando isso, heim!".

O padre prossegue: "É seu direito não concordar, mas você vai quebrar a cara. (...) Isso não depende de mim. Quando o homem não sabe ser homem, ele não dá condição para a mulher ser mulher. E quando a mulher não sabe ser mulher, ela não dá condição para o homem ser homem. Quando mais masculino eu sou, mais feminina minha

mulher é. Quanto mais feminina a mulher é, mais masculino o homem é", explica o pároco.

"Aqui nessa hierarquia de trabalho para o homem e casa para a mulher, e casa para o homem e trabalho para a mulher é certíssimo. Porque o homem gera segurança; a mulher gera harmonia. Se isso está errado em sua casa, os pólos estão trocados".

Ele explica: "E o que é a segurança que o homem gera? É proteger, prover e liderar. Tudo fora. Da mulher: nutrir, educar e gerar harmonia".

E conclui: "O homem constrói uma casa; mas uma mulher faz um lar".

As personagens que ilustram a matéria da página 4, ambas profissionais liberais felizes em seus empregos, relatam que entenderam a necessidade de passar mais tempo com os filhos e marido, trabalhando para essa harmonia do lar, destacada pelo Padre Julinho.

Tudo isso tem um importante detalhe: elas entraram em acordo familiar e, junto com seus maridos, entenderam que cuidar da casa e da família também é trabalho. Seus maridos também entenderam que trabalhar fora de casa e prover o lar não o ausenta do trabalho dentro de casa

e do cuidado dos filhos também, embora isso esteja prioritariamente sob os cuidados da mulher.

A revolução feminina, neste sentido, foi extremamente necessária para colocar as coisas em seu devido lugar: fazer os homens entenderem que o trabalho dentro de casa é tão e até mais! - importante quanto o trabalho fora de casa. Homens que dividem este fardo com suas mulheres entenderam na pele todos os desafios que encontram neste trabalho e, agora, têm maiores condições de serem empáticos com suas esposas.

Já, em relação às mulheres, a revolução feminina mostrou que, sim, elas são capazes de serem tão - ou mais! - capazes quanto os homens de terem um bom trabalho fora de casa e, inclusive, de liderarem tão bem - ou até melhor - do que homens grandes empreendimentos.

Mas quando tudo isso prejudica a harmonia do lar que somente a mulher, com seu cuidado nato, minúcia e sensibilidade é capaz de realizar com excelência, é hora de repensar se conquistar sucesso profissional justifica o fracasso de um lar desarmonioso. E, para isso acontecer, os homens precisam ser homens comprometidos e, acima de tudo, empáticos.

ESPAÇO DO LEITOR

Dia da Floresta

A Mata Atlântica começou a ser derrubada no final do século XIX para dar lugar ao café. Hoje, 90% dela está destruída. Nas décadas de 1960 e 70, período da ditadura militar, foi a vez da Amazônia. Com grandes obras e incentivos para exploração da floresta, já em 78, 14 milhões de hectares estavam desmatados. Entre o assassinato de Chico Mendes e sucessivos recordes de desmatamento, hoje são 110 milhões de hectares devastados, ou 20% da cobertura original. Neste Dia Internacional das Florestas (21/03), acho que vale a pergunta, vale a pena? Estamos ficando ricos assim? Ou estavam certos aqueles povos originários que gostavam das suas árvores de pé?

Viktor Waewell

Desafio da polarização

Não podemos permitir que as redes sociais se tornem arenas de conflito e divisão, onde o extremismo e a intolerância reinam supremos. Devemos aproveitar o potencial transformador da tecnologia para promover o diálogo, a compreensão e a colaboração entre diferentes grupos e perspectivas. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, equitativa e democrática para todos os brasileiros. Diante do desafio iminente que a polarização extrema representa, navegamos em águas tempestuosas, onde as ondas da divisão ameaçam virar nosso barco democrático. Nesse cenário crítico, é vital que todos, cidadãos, líderes políticos e instituições, se unam como uma tripulação, remando juntos em direção à calmaria dos valores democráticos. Somente assim poderemos evitar que nosso destino seja trágico pelas correntezas da polarização. O futuro de nossa democracia depende da colaboração de todos nós para manter nosso navio navegando em mares seguros e prósperos.

Marcelo Senise

Xadrez das eleições

Aqueles cidadãos que pretendem concorrer a um cargo eletivo pela primeira vez ou que estiverem momentaneamente sem partido, devem ingressar em um partido até o dia 6 de abril. Isso porque a legislação federal prevê a obrigatoriedade de filiação até seis meses antes

da eleição, sendo que nenhuma candidatura pode ser oficializada no Brasil se não for vinculada a uma agremiação. Em razão destes prazos, nas próximas três semanas deveremos assistir uma grande partida do xadrez eleitoral, com troca de peças conforme o interesse dos partidos e dos próprios candidatos. As mudanças são fruto de uma intensa movimentação dos bastidores políticos, para definição de alianças e apoios com reflexos inclusive nas eleições para prefeitos. Dessa forma, embora os prazos não interfiram diretamente na vida dos eleitores, é importante que a sociedade conheça as regras para que possa compreender o cenário político, entender como se comportam os candidatos e conhecer o passado político de cada um. Informar-se sobre as trocas partidárias, e os reflexos delas para as eleições, é direito do eleitor.

Wilson Pedroso

Vale a renúncia?

Em 2017, após o vencimento do acordo de acionistas que tornava a Vale uma empresa privada, o processo de privatização foi efetivado e a mineradora se tornou uma Corporation. A maioria de suas ações estava em free float ou com acionistas com participação inferior a 5%. Mesmo as Golden Shares, que são direitos mantidos pelo Governo Federal, não atribuem poder para que haja influência estatal na escolha do Presidente da Companhia. A pergunta é se a Vale já se preocupava com a possibilidade desse tipo de influência, que no passado pautou as escolhas de Roger Agnelli e Murilo Ferreira na direção da Companhia. E a resposta é 'sim'. Em 2022, em seu último relatório 20-F (principal documento publicado por uma empresa brasileira listada em bolsas norte-americanas), a Vale reportou ao mercado sua preocupação com esse tipo de influência. Informações de fontes internas, no entanto, dão conta de que aparentemente nada está sendo feito para combater esse risco, exceto o próprio processo de gestão da crise que a renúncia gerou. O que nos resta é acompanhar os próximos episódios desta briga. E aí, realmente valeu a renúncia ou há mais coisas para serem ditas?

Carlos Gomes

A força feminina no agronegócio capixaba

Número de estabelecimentos agrícolas liderados por mulheres teve crescimento no ES

GIULIA REIS
jornalismo@eshoje.com.br

Elas sempre estiveram presentes nas atividades agrícolas, mas por muito tempo suas contribuições foram negligenciadas e não reconhecidas. Apesar das dificuldades, esse cenário tem se modificado e, cada vez mais capacitadas, elas têm conquistado espaço e reconhecimento no setor agrícola.

Entre os anos de 2006 e 2017, o número de estabelecimentos rurais liderados por mulheres no Estado teve uma variação de 71%, índice superior à média nacional, que foi de 44%. Os dados são do Censo Agropecuario do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Justificativas históricas ligadas ao patriarcado como o estereótipo que associa a mulher à fragilidade física e emocional estão entre os motivos da invisibilidade da contribuição feminina no meio rural. Entretanto, os dados evidenciam que o trabalho feminino no campo, que antes era apenas percebido como uma ajuda e não reconhecido como atividade remunerada, passou a ser conquistado por mulheres que têm buscado formalizar seu ofício e ocupar espaços significativos, incluindo cargos de administração e liderança.

No Espírito Santo, elas representam 47% da população rural e lideram 14% das propriedades ca-

pixabas. Apesar do baixo quantitativo quando o assunto é liderança, nos últimos anos a proporção entre homens e mulheres na gestão das propriedades rurais cresceu 40%. No Brasil, cerca de 31% das propriedades rurais são comandadas por elas.

Atuando como gestora financeira há quase 10 anos, a produtora e fundadora da marca de cafés especiais Du'Mato, Kelly Grecco, contou que sempre foi apaixonada pelo agronegócio. "Nasci, cresci e aprendi a trabalhar com meus pais no campo, sempre vendo o agronegócio de fato como uma grande empresa", destacou.

Ela contou que em 2023 surgiu a ideia de secar um café para consumo próprio. Juntos, ela e o esposo selecionaram os melhores grãos, porque até então só produziam café comum. Já que conseguiram secar com capricho, decidiram levar para provar e o resultado foi surpreendente: um café com 87 pontos.

"Com o sítio em ordem e as finanças, enfim, organizadas, falei com meu esposo que eu ia entender mais sobre esse mercado de cafés especiais. Em três meses estudando, conhecendo pessoas do ramo, participando de eventos, levantei nossa marca que está vindo com tudo na safra 2024. A Du'Mato cafés é nosso sonho materializado", relatou.

AVANÇOS

Questionada sobre a igualdade entre homens e mulheres no trabalho do campo, ela contou que apesar das dificuldades já é possível notar inúmeros avanços, como os diversos projetos e incentivos para a mulher do campo existentes. "Cada vez mais as pessoas vão passar a olhar para nós, mulheres do agro, como mulheres fortes e corajosas, que estão fazendo a diferença no meio onde estão inseridas", frisou.

Como mulher que ocupa um

NÚMEROS

71%

Cresceu o número de negócios agrícolas liderados por elas no ES

44%

Foi a média nacional de crescimento neste quesito

14%

Das propriedades agrícolas no ES são lideradas por mulheres



DIVULGAÇÃO

A associação "Mulheres do Canaã" é formada por mulheres agricultoras com o objetivo de melhorar a renda familiar e conquistar a autonomia financeira



DIVULGAÇÃO

Cada vez mais as pessoas vão olhar para nós, mulheres do agro, como mulheres fortes e corajosas"

KELLY GRECCO, empresária

cargo de liderança dentro do agronegócio, Kelly ressaltou que os principais desafios enfrentados são multifunções atribuídas a mulher, que acabam a sobrecarregando e se tornando a principal barreira para conseguir alcançar posições de chefia. "Trabalhar fora de casa para trazer recursos, dar conta de todo o trabalho doméstico e ajudar na lavoura foram meus maiores desafios".

Fazendo negócios, ocupando cargos de gestão, no campo ou inovando, aos poucos elas vão alcançando cada vez mais espaço. Segundo SEAG, a atuação feminina no Estado é mais forte nas atividades de produção das lavouras permanentes, que concentra 57% das mulheres, seguido pela produção da pecuária e criação de animais (24%), produção de lavouras temporárias (9%), horticultura e floricultura (8%) e produção florestal (1%). Também há mulheres nas atividades de aquicultura e pesca, e na produção de sementes e mudas certificadas.

Mulheres do Canaã

NO MUNICÍPIO de São Roque do Canaã elas mostram que lugar de mulher é protagonizando empreendimentos no agronegócio. Em 2016 nasceu a Associação de Agricultoras Familiares do distrito de Santa Júlia, conhecida como "Mulheres do Canaã", a primeira da cidade formada apenas por mulheres agricultoras.

Com o objetivo de melhorar a renda familiar, conciliando a independência financeira feminina, a união e o empoderamento das mulheres, a presidente do grupo Joyce Zanetti contou que foram as mulheres que arregaçaram as mangas e resolveram colocar em prática um sonho antigo de autonomia econômica e financeira, através da agregação de valor à produção agrícola por meio do processamento artesanal da goiaba e produção de panificados.

"Nosso empreendimento se especializou na produção de deriva-

dos da goiaba, produzida de forma sustentável, como a goiabada cascão, goiabada cremosa, biscoitos com recheio de goiabada, mas também biscoitos salgados", contou.

Cabe destacar que as associadas também produzem queijos e artesanatos, no individual. Mas, foi a goiabada cascão que levou a associação a conquistar mercados locais, regionais e estaduais, sendo, hoje, o carro-chefe da produção no coletivo. "Hoje somos em nove associadas, todas trabalham na produção e comercialização, revezando o trabalho na agroindústria e recebendo por hora trabalhada, sendo uma importante fonte de renda para as famílias", destacou.

No início o grupo enfrentou preconceito, mas venceu. "Temos a missão de melhorar nosso empreendimento sempre e também de compartilhar nossa experiência para incentivar outras mulheres a empreenderem".

Incentivo à mulher no campo

VISANDO PROMOVER a visibilidade, valorização do trabalho feminino e a autonomia financeira das mulheres agricultoras e pescadoras capixabas, o projeto "Elas no Campo e na Pesca - Empreendedorismo, Liderança e Autonomia", desenvolvido pela Seag, em parceria com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), entre 2019 e 2022, já aten-

deu mais de 5.128 mulheres em todo o Estado. No ano de 2023, foram atendidas 674 mulheres.

O projeto oferece cursos, oficinas, dias de campo, eventos e consultorias. Além disso, a secretaria criou ainda uma linha específica de financiamento de projetos para grupos de mulheres, dentro do edital do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf), contemplan-

do quatro grupos em 2021. Para o ano de 2023, outros cinco projetos foram aprovados, sendo um deles para mulheres assentadas. Os investimentos ultrapassam R\$ 927 mil.

Outros projetos importantes são "Elas podem nas criações de abelhas", "Mulheres do Cacau", "CADERNETAS agroecológicas" e "Produção de cultivares de morangueiro em sistema semi-hidropônico".

Mães full time: de volta para casa

Decisão de largar emprego ou reduzir carga horária para cuidar da família pode ser benéfica, mas exige planejamento e compreensão do cônjuge

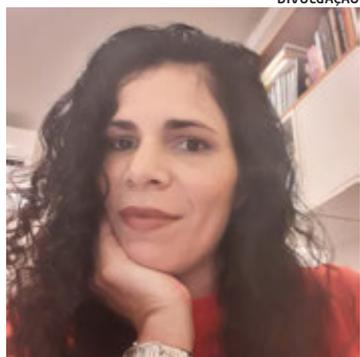
RODOLPHO PAIXÃO
jornalismo@eshoje.com.br

Desde o Século XIX, mulheres buscam igualdade de gênero nos mais amplos setores – do político ao trabalhista – de uma sociedade recém industrializada e de poucas oportunidades. Justamente ela, a industrialização, é tida por historiadores como um dos marcos principais na divisão dos papéis masculino e feminino, onde o primeiro é responsável pela vida pública e provimento da casa e o segundo pelo aspecto privado e social da família, como a educação dos filhos e a manutenção do lar.

Passados duzentos anos, há quem entenda isso de uma maneira mais natural e confortável de se manter a proximidade e, até mesmo, a saúde de todos em casa.

Em um movimento voluntário, cresce a cada dia o número de mulheres que optam por deixar o mercado de trabalho para se dedicar exclusivamente à criação de seus filhos e aos cuidados da casa. Diferente de outrora, hoje parte dessas mulheres têm a opção de “voltar ao lar” devido a uma melhor divisão das tarefas domésticas e de uma, cada vez maior, mistura dos papéis de gênero na sociedade. É o que explica a psicóloga familiar Naira Teixeira, em entrevista à edição semanal do **ES Hoje**.

“Em famílias onde todos preci-



DIVULGAÇÃO

“A decisão deve levar em conta o bem-estar de todos os envolvidos, mas, sobretudo, o da mulher, que assume o papel de cuidadora”

NAIRA TEIXEIRA, psicóloga



ARQUIVO PESSOAL

Em concordância conjugal, Carla saiu do mercado de trabalho jornalístico para cuidar dos dois filhos

sam trabalhar para garantir o conforto material, surgiu historicamente o conceito de “amor materno” como uma resposta à necessidade de sustentar a família financeiramente, resultando em um tipo de relação responsável pelos cuidados com as crianças. A maternidade, no entanto, é um laço simbólico. Ou seja, pode ser exercida por qualquer membro da família, transcendendo os laços biológicos”, afirma a psicóloga.

E acrescenta: “Se o bem-estar está relacionado ao cuidado com o próximo (e não à posse de bens materiais), a decisão de ficar em casa para cuidar dos filhos pode ser fundamentada no aspecto simbólico como uma das diversas formas de viver – não necessa-

riamente a melhor ou a única, visto que a melhor escolha é pessoal e individual”, disserta Naira.

DECISÃO ACERTADA

Independente dos aspectos históricos, a opinião de quem vive o dia-a-dia da escolha por tempos maiores em casa junto aos filhos e à família é de que a decisão não poderia ser mais bem acertada. Pelo menos é o que expõe a jornalista e mãe de dois meninos, Carla Einsfeld. Há oito anos longe do mercado de trabalho, ela garante que está mais feliz exercendo a nada fácil função de criar os filhos.

“Não há vergonha nenhuma nessa decisão. Muitas vezes acontecem coisas dentro de casa que não acompanhamos por não estarmos

com eles (os filhos). Para quem tem esse privilégio, é saber que uma hora eles não vão querer mais andar do nosso lado e, se uma mãe pode ficar sem trabalhar um pouco, ou diminuir a carga horária, vale a pena”, resume Carla.

Ela também expõe a vontade de, em algum momento, retornar ao mercado de trabalho: “Espero que seja uma decisão temporária. Mas não tenho prazo para voltar e faço uma coisa ou outra de maneira informal porque gosto e sinto falta. Minha prioridade hoje é vê-los crescer. Ao mesmo tempo que eu sacrifiquei meu tempo, sinto também que tenho mais contato com cada um dos dois. Consigo ficar um período exclusivamente com cada um deles”.

Redução na carga horária para cuidar da família

SEM DEIXAR por completo o trabalho, mas reduzindo significativamente o volume de horas trabalhadas, a farmacêutica clínica Dayane Barboza garante se sentir hoje mais realizada como mãe e esposa. Mãe de duas filhas, ela disse recomendar a sua decisão para as mães que têm dúvida e também condições de se fazerem mais presentes no crescimento dos filhos.

“Consigo atuar na minha área e estar ativa no lar. Me sinto realizada como mãe e esposa”

DAYANE BARBOZA, farmacêutica

“Estou muito feliz com a decisão, porque nunca desejei sair completamente do meu trabalho. Gosto muito da minha área de atuação, mas minha prioridade é minha família. Era uma área que estava sendo desassistida e, por estar muito tempo no trabalho e, agora, conciliando os dois, acho que está perfeito. Consigo atuar como farmacêutica clínica de maneira ativa e estar ativa também na minha casa, no meu lar. Me sinto mais realizada como mãe e esposa”, garante.

De volta à opinião da especialista Naira Teixeira, apesar da escolha da melhor forma de viver ser individual, a decisão pelo provimento unilateral da casa deve ser compartilhada – como é o caso das personagens desta matéria, uma vez que essa tarefa já não é tida como um papel exclusivo masculino, bem como as responsabilidades com os afazeres domésticos não são socialmente aceitos como algo inerente às mulheres.

“Deve-se haver equilíbrio. Certamente, essa decisão acarretará angústias e inseguranças, mas quando tomada em conjunto, essa experiência se torna muito mais saudável e gratificante”, pontua.

Levando em conta o bem-estar da mulher

ARQUIVO PESSOAL

A **PSICÓLOGA** Naira Teixeira também fala da necessidade de apoio psicológico e planejamento antes de se tomar a importante decisão.

“A ansiedade e a pressão por não estar trabalhando fora de casa, contribuindo financeiramente, permeiam essa escolha. Portanto, é crucial que, se essa decisão for tomada, seja planejada de modo a garantir sua sustentabilidade do ponto de vista da saúde mental e que leve em consideração o bem-estar de todos os envolvidos, mas principalmente da mulher que assume esse papel de cuidadora”, conclui.

Em 2023, dados da Pnad (Pesqui-



Dayane conseguiu diminuir a carga horária do trabalho fora para se dedicar melhor ao cuidado da família e da casa

“É crucial que a decisão seja planejada de forma a garantir a sustentabilidade na saúde mental”

sa Nacional por Amostra de Domicílios) apontavam ausência de 40,7% de mulheres com filhos na Força de Trabalho. Isso equivale a 798,2 mil pessoas frente aos 11 mil homens com filhos fora do mercado de trabalho (0,62% do total).

BASTIDORES DA POLÍTICA

Municipalista

O presidente da Assembleia, deputado Marcelo Santos (Podemos), é apontado, hoje, como a maior autoridade municipalista do Espírito Santo. Em pelo menos 30 municípios tem atuado diretamente, inclusive em Vitória e Cariacica. O parlamentar deve ter papel importante nas eleições de outubro.

Apostas

Marcelo Santos, em quinto mandato de deputado estadual, já anunciou que seu projeto político futuro é disputar cadeira na Câmara dos Deputados. Mas está sendo estimulado a concorrer a senador.

Apostas e força

O vice-governador Ricardo Ferraço está trabalhando para fortalecer o MDB e já nestas eleições pretende eleger grande número de prefeitos, sobretudo em cidades-pólo, e também fortes chapas de vereadores. O olhar é em 2026 para que, com uma sigla mais robusta, o MDB tenha candidatura para governador e senador - há quem aposte no nome de Marcelo Santos trocando o Podemos pelo MDB.

Abrindo caminhos

Dia 4 de abril faz um ano que o ex-deputado estadual Eustáquio de Freitas assumiu o DER-ES e tem sido um verdadeiro engenheiro na arte de aproximar o Estado e agente políticos nos 78 municípios.

Independente do 10

Hudson Leal tem se destacado, independentemente do partido Republicanos. Foi a voz contra a Assembleia escolher nome para a vaga de conselheiro do TCE-ES que não fosse um deputado - queria Marcelo Santos, mas seguiu com o grupo na

escolha de Davi Diniz. E, nos últimos dias, mesmo sendo do partido de Pablo Muribeca, não se fez de rogado em defender os médicos (sua profissão) contra ações do parlamentar em unidades de saúde da Serra. Vale destacar que o mesmo Muribeca é pré-candidato à prefeitura serrana.

Caloroso ato



SAMUEL CHAHOUD

Sergio Vidigal anunciou que não concorrerá à reeleição na Serra para cuidar da primeira-dama Sueli Vidigal, que enfrenta um câncer

O clima esquentou, literalmente, no último evento do PDT capixaba na cidade de Serra. O calor, pela falta de refrigeração no espaço, somado aos movimentos importantes da sigla anunciaram uma disputa acalorada na cidade mais importante para o PDT-ES. O presidente, inclusive, Weverton Meireles, é o pré-candidato a prefeito lançado por Sergio Vidigal - nenhuma novidade. O que chamou atenção mesmo e provocou emoção foi o motivo: doença da primeira-dama, Sueli Vidigal. Surpreendeu a muita gente.

Sigilo I

Nem todos os pedetistas estavam cientes da causa que tira

Sergio Vidigal da disputa à reeleição na Serra. Uma das pessoas, inclusive, foi o pré-candidato a prefeito de Vitória, Sergio Majeski. "Ele tinha me antecipado que não concorreria, mas o motivo soube agora e fico muito solidário".

Sigilo II

A bem da verdade é que o núcleo duro de Vidigal, formado por nomes como Weverton Meireles, Enivaldo Dias e Alessandro Comper, por exemplo, só foram inteirados sobre o câncer de Sueli Vidigal em agosto do ano passado, quando ela já estava em tratamento.

Aliás...

... o vice-governador Ricardo Ferraço, que é presidente do MDB capixaba, e a antecessora, Rose de Freitas, foram informados com detalhes sobre os planos de Sergio Vidigal em encontro recente, antes mesmo do governador Renato Casagrande (PSB). Todos apoiaram!

Tudo família

O prefeito Sergio Vidigal é pai de Eduardo e Sergio, mas a primeira-dama só é mãe do segundo. E, por isso, em discurso no evento do PDT, ao fazer declaração de amor somente para 'Serginho', provocou estranhamento. As novas configurações das famílias brasileiras são assim mesmo. O importante é ter carinho, respeito e boa convivência.

Cabo eleitoral

Paralelamente ao evento do PDT na Serra, no último sábado (16), acontecia outro em Vitória com a participação do governador Renato Casagrande (PSB) que disse sem cerimônia que irá se empenhar em eleger Weverton Meireles - seu ex-secretário de Turismo -, na Serra e re-

eleger Arnaldinho Borgo (Podemos) em Vila Velha e Euclério (MDB) em Vitória.

PP decidido



DIVULGAÇÃO

Da Vitória quer que Audifax concorra à Prefeitura da Serra

No mesmo evento o presidente do Progressistas, Da Vitória, disse que não abre mão que Audifax Barcelos concorra à Prefeitura da Serra. O ex-prefeito disse que está aberto a conversas com o grupo de Vidigal, mas composição entre os dois grupos só deverá acontecer em segundo turno. Detalhe: a vida política de Weverton Meireles começou no gabinete de Da Vitória, enquanto ele era deputado estadual.

Inclusive...

... não se sabe se por empolgação ou brincadeira, neste mesmo evento, oferecido pelo Sistema Fecomércio-ES, em discurso o governador Renato Casagrande disse que o presidente da instituição, Idalberto Moro, tem "know how" para ser governador do Espírito Santo. A claque foi à loucura.

Influência magistral

Juíza com baixa produtividade

de e que responde a processo administrativo no Tribunal de Justiça segue usando de influência. Senão, como explicar a celeridade em duas ações de defesa do consumidor, de casos em Vitória, que ela mandou para a comarca da cidade onde está afastada? Vale destacar: o primeiro foi durante o plantão de recesso do Judiciário e outro um pouco mais recente. Em ambos, a magistrada saiu vitoriosa e com direito a indenizações.

Pré-candidatos

O PL fez uma verdadeira caravana de pré-candidatos do partido em Brasília para encontro com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Visivelmente desanimado - deve ser exaustivo ter que conversar e gravar com cada um dos políticos - fez vídeos que foram publicados nas redes sociais dos postulantes a prefeito, como com Igor Elson (Serra), Alexandre Ramalho (Vila Velha), Leandro Sperandio (Aracruz) e Léo Camargo (Cachoeiro do Itapemirim).

Parceiros

Está certa a ida do vereador afastado de Vitória, Armandinho Fontoura, para o PL, para concorrer a um novo mandato na Câmara da Capital. Seu grande aliado no partido é o deputado federal Gilvan.

Sacramentado

O que **Bastidores** já tinha antecipado foi sacramentado esta semana: Novo e Republicanos seguem juntos em Vitória e outras cidades, como Linhares. Nos últimos dias se reuniram Iuri Aguiar, presidente estadual do Novo, com o prefeito e candidato a reeleição Bruno Marianelli e Estefano Silote, presidente do diretório municipal do Republicanos.

Seja no impresso ou no digital

AQUI VOCÊ PUBLICA, NO MELHOR PREÇO DE MERCADO, A SUA PUBLICAÇÃO LEGAL.



h) ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

HUGO BORGES

César Herkenhoff
cesarherkenhoff@hotmail.com



As quadrilhas das redes sociais

Confesso que a cada dia fico mais estarecido com o sucateamento do projeto educacional brasileiro.

Há 10, 15 anos, discutíamos essencialmente o déficit cognitivo do estudante brasileiro. Hoje temos testemunhado uma quantidade acima do aceitável, de professores que não sabem escrever corretamente, tampouco vão além do tolerável na capacidade de interpretação de textos.

Mas essa falta de qualidade de educadores e educandos não se limita ao Vernáculo. A escola, atualmente, parece mais voltada para o cumprimento de uma pauta ideológica que serve apenas para doutrinar a juventude.

A escola deve formar consciências, também, mas a educação ultrapassa inteiramente a questão do politicamente correto, que é mais um tema para discussão acadêmica.

Português, Matemática, História, Geografia, Leitura, Ciências, Filosofia, Sociologia e Políticas Públicas

não podem ser encaradas como uma questão menor diante da ideologização do ensino, até porque um dos papéis mais essenciais da educação é estimular o estudante no sentido de ser um agente questionador.

Mas hoje se você pensa diferente dos manipuladores, você é tratado como um ser inferior, um nerd, um fascista, que vive de acordo com as normas determinadas pelos detentores do poder, nesse caso, e de aprovar ou reprovar.

Estamos, definitivamente, construindo um processo de imbecilização da juventude. A neurociência tem apontado no sentido de que há uma diminuição do cérebro humano. Em temos antropológicos, vai acontecer de maneira visível e inquestionável nos próximos 200 anos.

Mas há outro dado significativo que vem objeto de estudo dos pes-

quisadores: esta chamada geração "Z" é a mais despreparada da história da humanidade. Se retirarmos o celular desses jovens que passam o dia trancados no quarto acessando a internet, teremos muitos milhões de zumbis.

A falta de interesse pelo conhecimento é, definitivamente, preocupante. Estudar pra que, se eu encontro tudo o que quero no Google?

Inquietante, quando se sabe que toda a rede social tem apenas um objetivo: ganhar dinheiro. Muito dinheiro. Por isso distorcem, mentem, censuram, enganam, participam de fraudes estelionato.

O Facebook, por exemplo, sabe literalmente tudo sobre a vida de cada um de nós. Mas só age quando seus interesses econômicos e financeiros são contrariados.

Não vi até hoje uma única iniciativa digna da milícia de Mark Zuckerberg para coibir a presença de mais de 60 mil estelionatários nas diversas plataformas, só no Brasil.

Dar calote não viola os padrões da comunidade, até porque o Facebook também adora essa prática.

As redes sociais são uma armadilha perigosa. Não há hoje forma segura de evitar golpes, a não ser não navegar na internet.

A única coisa que aprendi efetivamente depois de quase uma centena de calotes, é não abrir qualquer arquivo executável ou de fonte desconhecida.

Se, por exemplo, você receber uma ligação de alguém que se identifica como sua filha e pede um pix para uma despesa emergencial, telefone de volta, fale de um assunto que apenas ela saberia responder, porque já há aplicativos que clonar a voz de qualquer pessoa com uma semelhança impressionante.

Tudo isso poderia, se não ser evitado, pelo menos ser minimizado. Mas em regra as vítimas são mulheres e idosos, porque são mais ingênuos e acabam vivendo situações de terror, por exemplo, quan-

do uma voz parecida com a de um filho liga dizendo que foi sequestrado e, em seguida, o suposto sequestrador pega o celular e começa um espetáculo de terrorismo.

Homens também caem com muita frequência no golpe do abuso sexual de menores, sempre seguidos por um telefonema de alguém que se identifica como delegado de polícia sem o menor constrangimento para a extorsão.

Os golpes vão sendo aprimorados a cada dia. Não há outra forma de prevenção que não o cuidado redobrado. Não faça movimentações financeiras pela internet se não tiver certeza absolutíssima do que está fazendo.

Em caso de golpes (e olha que entendo disso) nunca deixe de registrar o boletim de ocorrência e, havendo ameaça grave, procure a polícia.

Porque ser depender de Zuckerberg e seus comparsas, estamos todos... e mal pagos.

COLUNA FEU ROSA

Bruxas de hoje

Você sabia que na Europa, entre 1550 e 1700, 80.000 pessoas foram levadas a julgamento acusadas de bruxaria? Para a metade delas o destino seria a morte, quase sempre na fogueira. Subitamente todo este fanatismo absurdo sumiu! Tão rapidamente como chegou, desapareceu da "ordem do dia". Por que será?

A pergunta fica ainda mais intrigante diante do fato de que até cerca de 1400 a Igreja Católica simplesmente dizia que bruxas não existiam! É digno de menção, a propósito, um decreto do Papa Alexandre IV, datado de 1258, proibindo execuções em função de "bruxaria".

Esta estranha anomalia, que passou despercebida aos olhos de larga parcela da humanidade, aguçou a curiosidade de dois pesquisadores norte-americanos, Peter Leeson e Jacob Russ. Ambos observaram, inicialmente, um detalhe: o início da "caça às bruxas" coincidiu com o da denominada Reforma Protestante.

Havia, pois, que se criar um "inimigo", um "perigo social" que induzisse na população um sentimento de pânico, desestimulando adesões a quaisquer novas ideias ou doutrinas. Não por acaso, citam os pesquisadores, a Alemanha, berço da Reforma Protestante, foi palco de 40% de todos os julgamentos por bruxaria. A radical Escócia, e só ela, julgou nada menos que 3.563 pessoas por tal motivo. Enquanto isso, por conta de suas posições firmemente tradicionalistas, a Espanha, Itália, Portugal e

Irlanda, somados, contribuíram com apenas 6% do total!

Logo depois, apontam os pesquisadores, toda uma série de tratados de paz colocou um fim a um ciclo de guerras, muitas das quais tinham como pano de fundo precisamente certas questões religiosas - e eis que então, como que por mágica, a "caça às bruxas" foi varrida para debaixo do tapete da história. Ficou apenas a lembrança, cada vez mais tênue, dos tantos anônimos que enfrentaram a morte na fogueira, elevada à condição de monumento em honra da crueldade humana.

Alguns séculos se passaram. Chegamos ao início de um novo milênio. É quando convidado a ir à janela e contemplar o mundo dos nossos dias - e a imensa quantidade de "bruxas" que nele tem sido criadas de forma a satisfazer interesses os mais abjetos. Medite sobre os direitos civis e sociais duramente conquistados que temos perdido por conta delas - afinal, há que se sacrificar alguns por certas causas.

PEDRO VALLS FEU ROSA
Desembargador do TJES

DENSIDADE ELEITORAL

O passado condenou JB

Quando o ex-comandante da Aeronáutica, o tenente-brigadeiro do ar Carlos Almeida Baptista Júnior relatou em depoimento à Polícia Federal que o general Marco Antônio Freire Gomes, ex-chefe do Exército, falou em prender Jair Bolsonaro (PL) caso o então presidente tentasse um golpe de Estado, só fez vir à tona o que sempre foi perceptível do lado de cá pelos reles mortais.

A verdade de que Jair Bolsonaro nunca foi uma unanimidade dentro das Forças Armadas. Aliás, muito pelo contrário, a instituição torcia o nariz e nunca confiou nele. Isso sempre ficou evidente nas entrelinhas.

Senão vejamos: segundo a fonte consultada (site da Uol), Bolsonaro foi preso no exército e sua prisão durou 15 dias. Motivo: insubordinação por pleitear aumento de salário, inclusive em entrevista à revista Veja, o que diante do código do STM (Superior Tribunal Militar) está infringindo a lei do órgão. Segundo relatos de seus contemporâneos do militarismo, a conduta de Jair na corporação nunca foi, digamos, elogiosa.

Dito isto, o alto comando das FA nunca o olharam com bons olhos, a ponto do general ameaçar prendê-lo caso levasse o plano de golpe adiante. Ou seja: podemos, então, afirmar que as Forças Armadas, cumprindo seu papel institucional, salvaram o Brasil e a democracia deste país de mais um golpe.

Os depoimentos dos militares colhidos pela Polícia Federal e tornados públicos esta semana não só detalharam o plano, como escancararam a desfaçatez dele e de toda a corriola que o cercava, como Carla Zambelli, Carlos Jordi, seus filhos e tantos outros. Isso, a ponto de Zambelli interceptar o ex-comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, implorando para que o mesmo aceitasse a empreitada para manter Jair Bolsonaro no poder do País.

No depoimento, ele confirmou o que ela disse:

"Brigadeiro, o senhor não pode deixar o presidente na mão". No que foi repreendida pelo mesmo, ainda segundo de acordo com seu depoimento: "Deputada, entendi o que a senhora está falando e não admito que a senhora proponha qualquer ilegalidade".

Na terça (19), JB e outros, incluindo sex ex-ajudante de ordens, Mauro Cid, foram indiciados pela PF diante da conclusão das investigações no caso da inserção de dados falsos no Ministério da Saúde, fraudando cartão de vacinação do então presidente e de sua filha Laura (nossa... o cara envolve todo mundo em suas tramoias!). Na ocasião, a menina tinha apenas 12 anos.

O cartão de vacinas também fazia parte do golpe, para que o mesmo adentrasse nos EUA, já que lá existia a exigência da comprovação de ter sido vacinado.

É bom que não esqueçamos... os comandantes do Exército e Aeronáutica não aceitaram o golpe, mas o da Marinha, este queria embarcar, não no navio; neste caso, no golpe mesmo. Ofereceu, inclusive, segundo Baptista Júnior, tropa a JB.

Teve um golpe em curso no Brasil. Só não foi executado; mas planejado, isso foi, e muito! Ô, se foi.

E às vezes o cabra vê tudo isso numa novela e ainda é capaz de dizer: "essas novelas só ensinam coisas ruins às pessoas".

A arte aí no seu papel só imita a vida, mano!

ERASMO LIMA
Diretor do Instituto de Pesquisas Perfil

Semifinais do Capixabão começam no sábado (23)

Vitória x Rio Branco F.C e Porto Vitória x Rio Branco A.C fazem os duelos de ida

Os dois duelos de ida da fase semifinal do Capixabão 2024 acontecem neste fim de semana e prometem grandes emoções. No fim de tarde do sábado (23) o Vitória recebe o Rio Branco de Venda Nova no estádio Salvador Costa, na Capital; já no domingo (24) à tarde, jogam Porto Vitória e Rio Branco A.C. no estádio Kleber Andrade, em Cariacica.

Desde o fim da primeira fase o Vitória tem se mostrado um outro time. Venceu com muita propriedade o tricampeão capixaba Real Noroeste nos dois confrontos das quartas-de-final (3 x 1 e 4 x 2) e vem com muita moral para jogar a semi. Confiança e companheirismo são os fatores estão sendo fundamentais para a transformação do Alvianil, segundo o treinador Rafael Jaques.

“Os jogadores têm entendido que era importante para eles trabalhar forte no dia a dia. Conseguimos fazer com que os atletas entendessem que a melhora da parte física, o acréscimo da parte técnica, da parte tática, da parte mental, ele iria vir. Esse resultado viria ali na frente, e é o que está acontecendo. Então nossa equipe produziu bastante, melhorou bastante nesses quesitos, e o principal, eles acreditaram neles mesmos, acreditaram no companheiro do lado, e acreditaram na comissão técnica, que é o melhor

para eles. E o mérito é de todos, porque o trabalho em conjunto vem surtindo efeito, através dos nossos últimos resultados aí”, afirmou Jacques.

Quanto ao confronto da semifinal, o treinador do Vitória enalteceu a campanha do adversário, demonstrou respeito e mostrou que conhece a equipe. “É um adversário que sabe jogar no seu campo, nos seus domínios, conhece bem as dimensões, conhece bem o terreno, e é um adversário que tem a bola aérea forte, uma bola parada forte também, bons jogadores, mescla jogadores experientes com jogadores de boa dinâmica, de velocidade, principalmente dos lados. Merece todo o nosso respeito, nossa humildade, e vamos trabalhar para fazer o melhor jogo possível para a gente conseguir alcançar nosso objetivo”, concluiu.

MESSIAS

Do outro lado, o “messias” do Rio Branco de venda Nova, Leomir Constâncio fez ponderações sobre a partida da semifinal. O técnico assumiu o time polenteiro quando a equipe estava na degola, e 99% dos torcedores já davam como praticamente certo o rebaixamento do tricolor. Mas a situação mudou da água para o vinho quando Constâncio passou a comandar o time.

De rebaixado à classificação para as semifinais do Capixabão, e com um futebol consistente, envolvente e de resultado. “O fator determinante para nossa classificação foi a concentração do nosso grupo durante as duas partidas. Os atletas estavam determinados e isso fez toda a diferença”, disse Leomir Constâncio, técnico da equipe.

Sobre o Vitória, o treinador também demonstrou respeito: “Eles têm uma equipe muito bem treinada e de muita qualidade. Tem o primeiro jogo fora, contra uma equipe muito forte, onde qualquer desatenção difícil ou já elimina o jogo da volta”, frisou.



RIO BRANCO A.C./DIVULGAÇÃO

Rio Branco se classificou ao empatar com o Nova Venécia, mas equipe admite que precisa melhorar

“Rio Branco precisa evoluir”

QUANDO A derrota para o Nova Venécia parecia inevitável, ele recebeu a bola na área e finalizou. O empate amenizou a preocupação da torcida, mas o meia-atacante Carlos Vitor faz um alerta: o Rio Branco precisa evoluir para conquistar o Capixabão.

“[No último jogo] a gente sabe que fez o primeiro tempo muito abaixo. Jogamos abaixo, mas melhoramos no segundo tempo e fez o resultado. Agora estamos trabalhando muito para a semifinal”, afirmou.

Os dois jogos contra o Porto

Vitória serão no estádio estadual Kleber Andrade, em Cariacica. E, para o técnico alvinegro Rodrigo Cesar, isso permite duas grandes partidas. “Um campo que a gente gosta de jogar, onde favorece o nosso estilo de jogo, dentro da nossa casa, direto do nosso torcedor. Um cenário muito bom para a gente poder fazer grandes jogos e buscar a tão sonhada vaga na final”.

O Porto é um adversário que venceu o Rio Branco na primeira fase. Na avaliação do treina-

dor, alguns fatores permitiram melhorias na equipe, como superar nervosismo inicial. “Infelizmente perdemos, mas a gente mudou a forma de jogar. Taticamente nossa equipe é outro modelo de jogo, não é mais aquele da estreia. A gente vem evoluindo muito na parte física e na parte tática. Temos um grupo muito qualificado, para a gente poder, nesses dois jogos aí, adotar uma estratégia muito bem definida para conseguir a vaga na final”, finalizou.

“Temos um grupo muito qualificado para conseguir essa vaga na final”

RODRIGO CÉSAR, Rio Branco A.C.

“Jogo equilibrado”

CASO SAIA vencedor sobre o Rio Branco no combinado dos jogos, o Porto Vitória terá a chance de disputar a primeira final de sua história. O técnico do Verdão, Fábio Brostel, sabe o que representa chegar a uma final no comando do Porto. Ele elogiou o rival e destacou que o torcedor é quem será apresentado com dois grandes jogos.

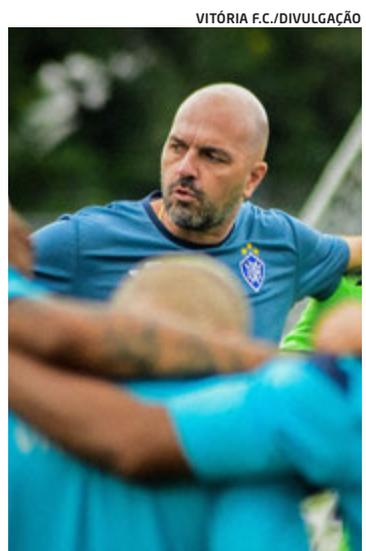
“Eu acho que a classificação vai ser definida nos detalhes. São duas grandes equipes, jogadores de alto nível, então acho que vai ser um jogo muito interessante para quem gosta de futebol”, ressaltou Fábio.

O treinador ainda afirmou que a semana está sendo de muito

trabalho no CT, tudo para que o Porto Vitória saia com o resultado positivo neste primeiro duelo. “Vamos enfrentar uma grande equipe, muito tradicional dentro do Estado. Estamos trabalhando durante a semana com os atletas, para que tenhamos esses primeiros 90 minutos de um jogo bem disputado”, finalizou.

“Acho que a classificação será definida nos detalhes. Será um grande jogo”

FÁBIO BROSTEL, Porto Vitória



VITÓRIA F.C./DIVULGAÇÃO

“O mérito é de todos, porque o trabalho em equipe vem surtindo efeito”

RAFAEL JAQUES, Vitória F.C.

Vitória F.C. x Rio Branco F.C.

- DATA: 23 de março de 2024
- HORÁRIO: 17:00
- ESTÁDIO: Salvador Costa, Vitória

Porto Vitória F.C. x Rio Branco A.C.

- DATA: 24 de março de 2024
- HORÁRIO: 16:00
- ESTÁDIO: Kleber Andrade, Cariacica

Vai ter mais "Perrengue" pelas telas do YouTube

Segunda temporada da websérie de Abel Santana aborda a busca pela fama instantânea

"Eu quero ser famosa, ser uma grande artista, gravar comercial, ser capa de revista". Trechos de uma das canções da cantora Kelly Key retratam bem os desejos de uma grande quantidade de pessoas que buscam a fama instantânea. E esse será um dos temas abordados na segunda temporada da Websérie Perrengue, de Abel Santana. A pré-estreia aconteceu na quinta-feira (21), no Cine Jardins, em Vitória.

A segunda temporada de Perrengue é a oitava Websérie no currículo de Abel Santana. Na pré-estreia o público conferiu quatro episódios. Os seis demais serão veiculados no YouTube, e o público poderá acompanhar gratuitamente. A produção é estrelada pelos alunos da Oficina de Atores Abel Santana, que vão mostrar seus talentos em personagens marcados pelo humor e também pela dramaticidade.

"A produção é uma vitrine para estes artistas apresentarem o seu trabalho ao público. É a oportunidade de mostrarem seus pontos fortes na interpretação e até de conquistarem espaço em outras produções, no Espírito Santo e também fora do estado", declara Abel Santana.

E de fato, a Oficina já revelou artistas que seguem carreiras de sucesso no Brasil e até no exterior, como é o caso da de Elisa Werneck, que atua como produtora cinematográfica no Canadá. Outro talento revelado pela Oficina é a atriz Lara Santana, filha de Abel,



Na pré-estreia da websérie o público pode conferir quatro episódios; são 10 episódios, no total, que serão veiculados no YouTube

que desponta como um dos nomes do humor nacional.

Vale destacar que o elenco é eclético, formado por crianças e adolescentes e adultos. "São 30 personagens em cena, e, apesar de toda a seriedade que um trabalho deste porte exige, o clima nos bastidores foi de descontração. Também chamou muito a atenção o entrosamento dos atores e a disponibilidade de um apoiar o outro a todo momento", diz Abel Santana.

FAMA E CONFLITOS

Além da busca instantânea pela fama, outros temas também ganham destaque na Websérie Perrengue, como conflitos familiares, convivência entre vizinhos, a ascensão profissional e a realização de sonhos. Esses recortes do cotidiano permeiam o trabalho de Abel Santana, que tem um currículo de excelência em quase 17 anos de atuação: são oito Webséries, mais de 45 peças de teatro, 03 filmes e centenas de talentos formados em sua Oficina de Atores.

Perrengue é uma produção independente, e chama a atenção pela qualidade das imagens e da edição. "Usamos recursos de última geração e uma equipe formada por experts, entre cinegrafista, editor e sonoplasta. São inúmeras horas de trabalho e o resultado não poderia ser diferente de um trabalho primoroso. Tenho muito orgulho de entregar mais uma opção de diversão de qualidade para a sociedade", garante Abel Santana.

Capixaba vai defender o País em concurso de violão

DE MALAS prontas para Nova York, o violonista capixaba Moacyr Teixeira Neto inicia a turnê "Um violão in concert" na próxima terça-feira (26), com apresentação gratuita na Casa da Música Sônia Cabral, no Centro de Vitória.

O artista foi selecionado para defender o Brasil nas finais do Music International Grand Prix, concurso internacional de música clássica que reúne expoentes de várias partes do mundo. O capixaba está na disputa com dois músicos chineses e um americano, na categoria Cordas Adulto.

Para o concerto em Vitória, Moacyr recebe o violonista Fabiano Mayer (seu parceiro no Duo Teixeira-Mayer) e um quarteto de cordas formado por músicos convidados da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo (Oses).

A turnê conta com recursos do Funcultura, por meio do edital Circulação e Intercâmbio, da Secult.

PARA ASSISTIR

Websérie "Perrengue"

- **DIRETOR:** Abel Santana
- **ONDE ASSISTIR:** <https://www.youtube.com/@OficinadeAtoresAbelSantana>

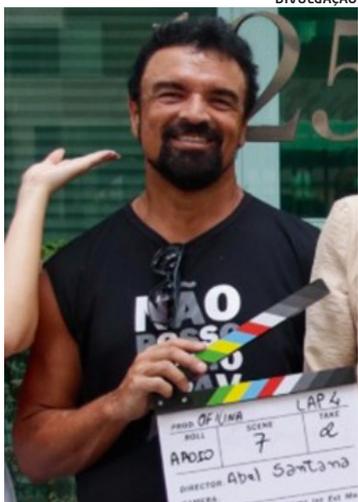


Moacyr Neto concorrerá com outros violonistas em Nova York

SERVIÇO

Um violão in concert, com Moacyr Teixeira Neto

- **QUANDO:** 26/03 (terça-feira)
- **HORÁRIO:** às 19h
- **LOCAL:** Casa da Música Sônia Cabral, Praça João Clímaco, Centro de Vitória
- **ENTRADA** gratuita
- **INFORMAÇÕES:** (27) 3132-8399



“A produção é uma vitrine para esses artistas mostrarem o seu trabalho ao público”

ABEL SANTANA, diretor

Torta Capixaba: tradição e cultura

Nesta edição, insisto no tema “respeito à cultura gastronômica”, porque nossas Moqueca e Torta capixabas estão ameaçadas por quem deveria zelar por elas!



RICARDO BODEVAN
@chefbodevan

Eu não queria, mas preciso ser repetitivo – chato mesmo! – e insistir para que, principalmente, nós capixabas salvemos a culinária tradicional do Espírito Santo!

Semana passada, na coluna, eu falei como fiquei decepcionado em ver que há restaurantes que, verdadeiramente, não estão preocupados com a nossa cultura gastronômica. Mesmo aqueles que tem anos de funcionamento e se orgulham de dizer que estão há décadas com o melhor da nossa moqueca, mas deformam e desrespei-

tam a tradicional receita.

Esta semana eu volto a falar sobre o quanto a tradição é importante, porque fala de cultura, da nossa história.

Coincidentemente ao tema em questão, abrimos no restaurante de minha família a temporada de encomendas e confecção da Torta Capixaba. Dia desses, uma cliente ligou e disse que queria torta de bacalhau e eu disse que não tínhamos. Ela insistiu e eu, respeitosamente, expliquei que a casa é da tradicional culinária capixaba e que teremos Torta Capixaba e não de bacalhau.

TRADICIONAL

A tradicional receita leva bacalhau, sim, juntamente com peixe de água salgada desfiado, siri, camarão e o caranguejo, além do palmito.

A gente entende que, no dia-a-dia, dentro de casa, as pessoas adaptam seja por questões financeiras ou por opção. A de repolho com sardinha é sensacional, uma delícia também a de bacalhau com repolho e a de bacalhau com palmito. Receitas incríveis e que dentro de nossas casas, com aquele toque familiar, é sucesso total.

Mas se é para comercializar e com o nome de Torta Capixaba, tem que ser do jeito correto. Não há o que se inventar!

Aliás, nesta edição trago a receita tradicional para quem quiser fazer a sua e deixo a minha dica de ouro: dentro de casa, faça de véspera; faz em um dia e come no outro. O sabor é ainda mais apurado. Confesso que, quando fazia nos EUA ou para mim, em casa, comia até gelada.

TORTA CAPIXABA



Ingredientes

- 1 kg de bacalhau dessalgado e desfiado
- 500g de siri desfiado e cozido
- 250g de sururu cozido
- 500g de caranguejo - mas eu substituo por peixe cozido e desfiado
- 1 kg de palmito natural previamente cozido ou 2 vidros do palmito em conserva
- 200g de azeitona verde sem caroço
- 0 ovos
- 3 tomates picadinhos
- 3 cebolas picadinhas
- 2 cabeças de alho socadas
- 4 maços de coentro picadinhos
- BASTANTE azeite - pelo menos 500 ml
- SAL a gosto
- AZEITONAS para decorar
- RODELAS de cebolas para decorar.

Modo de preparo

1. Passe no moedor (ou processador) metade dos seguintes ingredientes: siri, peixe, camarão, palmito, sururu e as 200 gramas de azeitona sem caroço;
2. Em uma panela (não precisa ser a de barro) coloque o alho, sal, colorau e o suficiente de azeite para dourar;
3. Depois acrescente a base capixaba - tomate, cebola e a metade do coentro - e deixe no fogo médio mexendo sempre. Acrescente todos os ingredientes restantes e siga cozinhando em fogo médio ou baixo, por uns 10 minutos, sempre mexendo;
4. Apague o fogo e deixe esfriar por uns minutos. Enquanto isso, bata as claras em neve e acrescente a metade dos frutos do mar - inteiros - mexendo delicadamente;
5. Despeje em um tabuleiro ou panela de barro, cubra com o restante das claras em neve e decore com azeitonas e rodela de cebola;
6. Leve ao forno até dourar.



FOTOS: DIVULGAÇÃO



COLUNA DO VINHO

GUSTAVO DEBORTOLI)) @gustavodebortoli

Champagne ou Espumante? Qual a verdadeira diferença?

Apesar de apresentarem características semelhantes, esses dois tipos de vinhos brancos espumantes, Champagne e Espumante, apresentam diferenças que vão além do nome.

DIVULGAÇÃO



Envolvem aspectos históricos, geográficos, métodos de produção e características únicas que os definem.

Em primeiro lugar, Champagne é uma denominação de origem controlada (DOC), restrita à região de Champagne, na França. É lá que o verdadeiro Champagne é produzido, seguindo rigorosas regulamentações que determinam as uvas permitidas (principalmente Chardonnay, Pinot Noir e Pinot Meunier), os métodos de cultivo, colheita e vinificação. O terroir específico de Champagne, com seu solo calcário e clima frio, contribui para a singularidade e complexidade dos vinhos produzidos na região.

No método tradicional, também conhecido como "método champenoise", a segunda fermentação, responsável pela efervescência, ocorre dentro da própria garrafa, após a adição de uma mistura de açúcar e leveduras, resultando em borbulhas finas e persistentes. O vinho é então envelhecido por ao menos 15 meses antes de ser comercializado.

Por outro lado, o termo "espumante" é mais genérico e abrange uma variedade de vinhos efervescentes produzidos em diferentes regiões do mundo, fora da área demarcada de Champagne. Países como Espanha (com o Cava), Itália (com o Prosecco e o Franciacorta), Alemanha (com o Sekt) e diversos outros produzem seus próprios espumantes, muitas vezes utilizando métodos de produção semelhantes ao mé-

do tradicional de Champagne, mas também explorando métodos alternativos, como o método Charmat ou autoclave.

O método Charmat, por exemplo, é amplamente utilizado na produção de espumantes italianos, onde a segunda fermentação ocorre em grandes tanques de aço inoxidável, resultando em bolhas maiores e uma efervescência mais leve e fresca. Este método é particularmente adequado para vinhos mais jovens e frutados, como é o caso do Prosecco.

As diferenças de sabor também podem ser notáveis. Champagnes tendem a apresentar uma complexidade aromática mais pronunciada, com notas de frutas maduras, tostado e nuances minerais, devido ao terroir e ao envelhecimento prolongado. Os espumantes, por sua vez, podem variar de acordo com a uva utilizada, o método de produção e o estilo desejado, oferecendo uma ampla gama de perfis de sabor, que vão desde os frescos e frutados até os mais estruturados e cremosos.

Em resumo, enquanto Champagne é exclusivo da região homônima na França, produzido seguindo regulamentações rigorosas e utilizando o método tradicional, os Espumantes englobam uma diversidade de vinhos efervescentes produzidos em diferentes regiões do mundo, com métodos de produção variados e estilos distintos. Ambos são apreciados por suas características únicas e versatilidade, oferecendo opções para todos os gostos e ocasiões.

NÓ DE GRAVATA

Gabriel Gomes
nodegravata@eshoje.com.br



A médica Valéria Valim e o fotógrafo Tadeu Bianconi com os filhos Henrique e Heitor à frente do Sørlandet, o veleiro mais antigo do mundo em operação

Sensibilização da epilepsia

O fim de semana será marcado por uma atividade de conscientização pelas ruas da Capital. No domingo, dia 24, os capixabas estão convidados a participar de uma caminhada pela Epilepsia, que seguirá da Prefeitura de Vitória à Assembleia Legislativa.

Sob o comando da arquiteta Jacque Barros, embaixadora da Associação Brasileira de Epilepsia (ABE) no Espírito Santo, a sugestão é que os participantes utilizem peças de roupa em tons de roxo, em referência à cor da campanha. Vale lembrar que no dia 28 de fevereiro, a Câmara Municipal de Vitória aprovou por

unanimidade o Projeto de lei 102/2023, cujo autor é o Vereador Leandro Piquet. A Lei lançará o olhar das políticas públicas municipal para a doença neurológica, que atinge cerca de 2 milhões de brasileiros. Além disso, instituiu-se ainda o dia 26 de março como o Dia da Conscientização da Epilepsia no ES.



Thiago e Gracielle Alkmim, Leise e Igor Gabrielli no show de Zé Ramalho



Moisés Demoner e a sobrinha Mônica Demoner em noite de premiação

Workshop. O I Workshop Espírito-santense de laser e outras tecnologias para laser íntimo acontecerá em Colatina, no dia 13 de abril. Será um dia inteiro de imersão da teoria até a prática em pacientes modelos e contará com a participação da renomada ginecologista Dr.ª Luara Ramos apresentando novidades tecnológicas para ginecologistas, que poderão otimizar ainda mais os atendimentos das mulheres do ES.

França. Os estudantes Larissa Rocha, Gabriel Costa, Manuela Acco e Daniel Cipriano, alunos do Ifes Campus Cariacica, irão representar o Brasil na final do Invent For The Planet (IFTP) 2024, que acontecerá entre os dias 16 e 18 de abril, em Aix-en-Provence, na França. O evento é uma competição voltada para inovação e criatividade, coordenado pela Texas A&M University, nos EUA.

Festival. Restaurantes à beira-mar de Camburi e Curva da Jurema estão participando da 21ª ES Restaurant Week. Entre os participantes estão Barlavento Beach Bar & Lounge, Repique Samba Lounge, TantraVitória e El Gitano Restaurante e Café, todos prontos para encantar os paladares dos clientes com menus inéditos e deliciosos até o dia 5 de abril no festival gastronômico.

Cinema. O reencontro entre dois irmãos após longo período de afastamento é o ponto de partida do filme "Não Volte Mais", que terá pré-estreia no dia 27 de março, às 20h, na Casa da Cultura do município de Alegre, no sul do Estado. O drama foi selecionado pelo Edital 022/21 - Produção de Curta e Média-metragem de Ficção e Animação, da Secretaria de Estado da Cultura, e posteriormente entrará no circuito de festivais e mostras independentes.

Aniversariantes da semana: Camila Amm, Katia Novaes, Andreatta Moura e Janaína Lovatti (22); Aron Toczek, Monica Bittencourt, Heloisa Tolipan e Jonathas Gadiolli (23); Vinicius Kruger, Ronald Carvalho, Sergio Quaresma e Flavia Firmino (24); Daniely Borges, Luis Fernando da Silva, Ingrid das Neves e Brenda Gonçalves (25); Bruno Fernandes, Vitor Rosário, Rodrigo Pysi e Marcelo Goes (26); Orly Carlos, Gezella Albino, Aguidamara Altoé e Mariana Buzato (27); Janaina Melo, Rodrigo da Costha, Cesar Oliveira e Bob Rastacalone (28). Felicidades!

Você sabia?

O setor agropecuário e florestal do Espírito Santo tem grande potencial para fixar o carbono. De acordo com a engenheira e mentora de líderes para Economia Circular e Descarbonização Simone Klein, a maior parte dessas áreas estão degradadas, cerca de 60%, e se recuperadas com as técnicas próprias para reduzir o impacto, a fixação do carbono poderá acontecer. E porque isso é importante? "O estado aderiu aos programas "Race to Zero" e "Race to Resilience" da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir dessa iniciativa, se comprometeu a realizar ações visando neutralizar emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2050 e a resiliência climática", explicou.

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

ESHOJE SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2024)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.1

Verificação https://eshoje.com.br/publicacao-legal/2024/03/publicacao-legal-22-03-2024/

BDC COMUNICACOES Anuário de forma digital por BDC COMUNICACOES LTDA 33885081000130



VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.
(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA)

1/6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas e investidores,

Após um ano de grandes conquistas e realizações, viemos compartilhar aqui os principais resultados de 2023. Focamos na implementação de uma agenda de geração de valor e gestão eficiente, que se mostrou acertada e se reflete hoje em excelentes resultados econômico-financeiros e um sólido balanço patrimonial.

DESTAQUES

Em 2023, a Vports, autoridade portuária responsável pelo Porto de Vitória e Porto de Barra do Riacho, celebrou o primeiro ano completo desde sua privatização. Durante esse período, diversos marcos foram alcançados, incluindo a assinatura de quatro novos contratos comerciais, a transição da marca da antiga CODESA para Vports, o cumprimento integral das obrigações do Contrato de Concessão, o início das obras obrigatórias e a realização de obras não obrigatórias, a conclusão bem sucedida de um Programa de Demissão e Incentivos Voluntários (PDIV) e o aumento significativo da eficiência operacional da companhia – observado na capacidade de geração de caixa operacional. Esses feitos representam importantes avanços e reafirmam o compromisso da Vports com a excelência e o progresso na gestão portuária.

MERCADO

Ao longo do primeiro semestre de 2023, o foco da companhia concentrou-se na celebração de contratos com novos exploradores e na renovação de contratos existentes. Conforme esperado, a mudança da gestão pública para privada, com adequações operacionais, comerciais e institucionais, teve impactos na movimentação de cargas ao longo desse período, caracterizado por uma queda em todos os segmentos de carga, em comparação com o primeiro semestre de 2022.

Com a conclusão dos novos contratos e início das operações, o segundo semestre de 2023 apresentou os efeitos planejados pela Administração: todos os segmentos de carga abrangidos pelos novos contratos apresentaram aumento expressivo da movimentação, compensando as quedas observadas no primeiro semestre e resultando em aumento superior a 15% em relação ao segundo semestre de 2022. Esses resultados refletem o esforço da companhia para melhorar a eficiência operacional que possibilita melhores condições de utilização pelos usuários do porto.

Na análise anual, é notável o crescimento dos grânéis sólidos, consolidando-se como o tipo de carga mais movimentada no porto. Esse aumento expressivo concentrou-se principalmente nos concentrados minerais (lito), malte, escória e trigo, com um leve incremento também observado nos fertilizantes e ferro. No setor de carga contêinerizada, merece destaque as movimentações de café, veículos, produtos químicos, alimentos e tecidos. Na categoria de carga geral, as operações de offshore e veículos experimentaram um aumento substancial. Os aumentos são reflexo direto dos novos contratos firmados ou renegociados. A movimentação de carga solta, com destaque para o granito em bloco, voltou a ganhar destaque nos berços compartilhados, após sua última operação em 2018.

OPERAÇÃO

O PDIV, realizado entre fevereiro e setembro, registrou a adesão de 194 pessoas, resultando em um volume financeiro total de R\$ 75,5 milhões, dos quais R\$ 31,5 milhões foram a título de incentivo e o restante foram verbas rescisórias. Esse programa foi uma importante iniciativa para a otimização dos recursos humanos da empresa, proporcionando uma transição suave e eficiente para os colaboradores que optaram por deixar a empresa voluntariamente. O programa permitiu uma renovação do quadro de pessoal com a máxima transparência e respeito aos ex-colaboradores, ao mesmo tempo que garantiu a otimização das equipes, com a contratação de 107 novos colaboradores.

O primeiro ano completo de Vports foi marcado por uma agenda intensa de entregas relacionadas ao Contrato de Concessão e às reestruturações necessárias pela desestatização da companhia. Foram empenhados por volta de R\$ 15 milhões em despesas extraordinárias, equivalente a perto de um terço de todos os serviços de terceiros reconhecidos ao longo de 2023.

As melhorias operacionais mais significativas se concentraram (i) nos aspectos de segurança, com a reestruturação dos planos e quadro de pessoal, eliminando episódios de roubo de carga e aumentando a confiabilidade da operação; (ii) na plena disponibilidade das novas balanças das portarias automatizadas em Capuaba e Vitória, eliminando assim filas internas que antes eram formadas e reduzindo o tempo que o navio permanece atracado; (iii) na conclusão das manobras teste para acesso de embarcações com calado de 12,5 metros, aumentando a frota potencial que acessa o porto organizado; e (iv) entrega do novo Plano de Zoneamento, regulando o uso das novas áreas e aumentando a flexibilidade de novos contratos para todas as áreas disponíveis. Ainda em 2023, a Vports iniciou a execução do caderno de obras obrigatórias da concessão, obtendo 100% de aderência física-financeira em relação ao cronograma projetado. Projetos de saneamento do passivo, legado da empresa pública, foram acelerados, permitindo redução de aproximadamente 50% das provisões e levantamentos de depósitos judiciais em quase R\$ 20 milhões. Na frente de eficiência fiscal, a Vports recebeu aprovação da SUDENE para a criação de uma filial em Aracruz (ES) que fica responsável pelas operações do porto de Barra do Riacho, importante polo de celulose, combustíveis e disponibilidade de área superior a 500 mil m² com vocação multipropósito, porto-indústria e geração de energia.

GESTÃO E GOVERNANÇA

Em 2023, a companhia alcançou diversos avanços na gestão. Dentre eles, o novo plano de cargos e salários para os colaboradores, o novo acordo coletivo de trabalho e, os novos programas de desenvolvimento de lideranças.

Novos processos de governança foram implementados, com a formação de um novo conselho de administração com metade de seus membros sendo independentes, avanço em políticas de compliance e integridade com novo canal de denúncia, código de conduta e ética e gestão socioambiental e a certificação nas ISO 9.001, 14.001, 45.001 e 27.001, reforçando o compromisso da Vports com segurança do trabalho, respeito ao meio ambiente e segurança da informação.

RESULTADOS

A Vports apresentou uma **receita operacional líquida**, descontados as receitas de construção, de R\$ 230,6 milhões em 2023, 33% maior quando comparada ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 173,0 milhões) e um lucro líquido no período de R\$ 8,3 milhões. O crescimento da receita se deve, principalmente, aos novos contratos firmados.

O **EBITDA Ajustado**¹ no ano de 2023 foi de R\$ 129,5 milhões, apresentando um crescimento de 94% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 66,6 milhões). A margem EBITDA Ajustada aumentou 17 pontos percentuais, partindo de 39% (em 2022) para 56%. O resultado foi possível pela implementação de uma nova dinâmica comercial, associada a novos métodos orçamentários e de controles internos.

Destaque (R\$ MM)	2023	2022	Δ %
Receita Operacional Líquida ²	230,6	173,0	33%
Custos e Despesas ³	(183,2)	(142,9)	28%
Outras Receitas / Despesas	(27,0)	(76,6)	(65%)
Depreciação e amortização	17,2	15,1	14%
EBITDA ⁴	37,6	(31,4)	220%
Margem EBITDA	16%	(18%)	36 p.p.
EBITDA Ajustado	129,5	66,6	94%

¹ Os ajustes realizados em 2023 no Ebitda são o PDIV no valor de R\$ 75,5 milhões, AVP da outorga fixa no valor de R\$ 15,3 milhões, provisão de bônus e PECLD no valor de R\$ 4,2 milhões e reversão de PECLD com ajuste negativo de -R\$ 3,6 milhões.

² Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras, deduzidas as receitas de construção com margem zero (OCP05) e sem efeito-caixa.

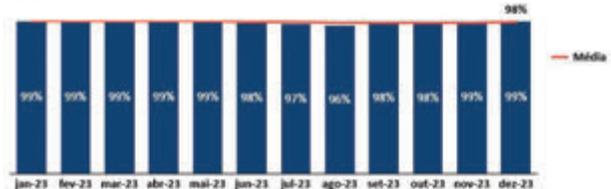
³ Não inclui os custos de construção ativo intangível com margem zero.

⁴ Instrução CVM 156

Margem EBITDA Ajustado	56%	39%	17 p.p.
Resultado Financeiro	(2,6)	7,8	(134%)
Lucro Líquido	8,3	(29,5)	128%
Movimentação (MM Tons)	7,3	7,4	(1%)

Em 2023, a **movimentação** atingiu 7,3 milhões de toneladas, uma redução de 1% em relação ao 2022. Essa pequena redução foi reflexo principalmente de uma carga extraordinária movimentada no primeiro trimestre de 2022 e que não se repetiu em 2023 e da diminuição de movimentação de GLP, potencialmente ocasionada pela expansão da rede de distribuição de gás encaçado.

A **operação** do porto no ano de 2023 se mostrou eficiente, com uma média de 98% no índice de disponibilidade de infraestrutura, garantindo o atendimento para o cliente do porto e resultando em uma movimentação produtiva no complexo portuário. A seguir o gráfico que demonstra o indicador:

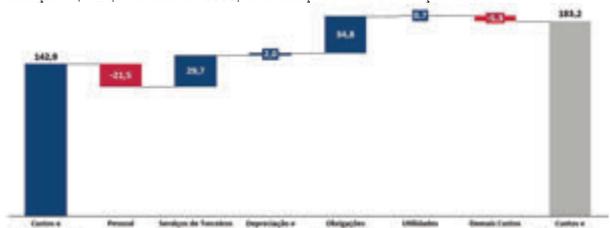


Em 2023 **Receita Operacional Líquida**, descontados as receitas de construção, totalizou R\$ 230,6 milhões, crescimento de 33% em relação a 2022. Esses números representam um recorde histórico para a companhia. O crescimento da receita foi impulsionado pelos novos contratos firmados durante o ano e no aumento da eficiência econômica na utilização dos ativos, representado pelo aumento da receita líquida mesmo com a movimentação de carga equivalente ao ano anterior, resultado de um incremento significativo nas Receitas Patrimoniais, que aumentaram em 88%.

Em 2023 a composição da Receita Bruta da companhia mudou devido à realização de novos contratos. Em 2022 a receita patrimonial representou 32% do total da receita bruta, em 2023 esse valor passou para 46%, aumento de 14 p.p. na comparação com 2022. A receita de movimentação contratual representou 31% do total da receita bruta, e em 2023 esse valor passou para 23%, redução de 8 p.p. na comparação com 2022. Essa alteração reflete a mudança do modelo de negócios, de um modelo dependente amplamente da movimentação de carga e das performances dos operadores, para um modelo que privilegia a valorização da infraestrutura cuja remuneração é majoritariamente fixa, a tabela abaixo demonstra esse novo modelo:

Receita Bruta (R\$ MM)	2023	2022	Δ %
Receita Patrimonial	119,2	63,3	88%
Receita de Movimentação Contratual	60,9	61,6	(1%)
Receita Tarifária	80,3	70,7	14%
Total Receita Bruta	260,4	195,6	33%

Os **Custos e Despesas**, descontados os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 183,2 milhões em 2023, crescimento de 28% na comparação com 2022, o aumento é atribuído principalmente ao efeito anual das despesas de Obrigações de Construção, como a outorga fixa, outorga variável, taxa de fiscalização da ANTAQ, seguros e entregas obrigatórias previstas no contrato. Além disso, o aumento também é resultado do efeito dos serviços de terceiros não recorrentes contratados em 2023, visando acelerar a melhoria da gestão dos ativos e passivos da companhia. Excluindo os efeitos das despesas extraordinárias, o total de Custos e Despesas alcançou R\$ 124,7 milhões em 2023, uma redução de 7% em relação a 2022.



Outras Receitas / Despesas totalizaram em 2023 R\$ 27,0 milhões de despesas, redução de 65% na comparação com 2022. Excluindo a despesa de R\$ 75,5 milhões do PDIV em 2023, o valor de outras receitas/despesa fica positivo em R\$ 48,5 milhões, decorrente, principalmente: (i) receita de outorga de Navegantes no valor de R\$ 31,8 milhões; (ii) outras receitas como créditos tributários, venda de sucata, venda de imobilizado e seguros.

Em 2023, o **resultado financeiro líquido** foi negativo em R\$ 2,6 milhões, uma redução de 134% quando comparado com 2022. O principal fator foi a atualização monetária das ações judiciais de R\$ 6,8 milhões realizada durante o exercício de 2023.

PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Acreditamos que ao longo do ano de 2024 seguiremos nossa agenda de geração de valor por meio do (i) aluguel de áreas disponíveis, (ii) captura do efeito anual dos novos contratos firmados ao longo do ano de 2023, (iii) redução de despesas pontuais ocorridas em 2023 devido as obrigações da concessão e (iv) desenvolvimento de áreas *greenfield*.

Atenciosamente,

A administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Vports Autoridade Portuária S.A.

(anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa)

Vitória - ES

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Vports Autoridade Portuária S.A. (anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vports Autoridade Portuária S.A. (anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa), em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional,

foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Benefícios a empregados (Notas Explicativas nºs 19 e 21)

A Vports Autoridade Portuária é uma das entidades patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - BPP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) que está estruturada na modalidade de benefício definido. O plano tem por características contribuições mensais em benefício dos empregados, custeado na mesma proporção pela Companhia e empregados.

Para atualização e contabilização dos impactos relacionados ao plano de aposentadoria, a Companhia emprega especialista atuarial independente.

A diversidade de aspectos técnicos específicos, bem como a relevância dos valores envolvidos em relação ao plano de benefícios, torna necessária a aplicação de procedimentos de alto grau de especialização e complexidade que resultam na necessidade do envolvimento de especialistas atuariais e na extensão do esforço de auditoria para tratar desse assunto. Por essas razões consideramos o assunto Plano de Benefícios a Empregados como assunto significativo para a nossa auditoria.

Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais constituídas pela Companhia decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, e/ou adquiridos como parte de combinações de negócios realizadas no passado.

A Companhia, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exerce julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como a divulgação de processos não provisionados, caso a expectativa de perda seja considerada como possível.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 “Demonstração do valor adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, para as quais emitimos relatório de opinião datado em 22 de março de 2023, contendo: i) ressalva sobre as limitações decorrentes da validação dos saldos iniciais daquele exercício e, ii) parágrafo de ênfase chamando a atenção para a alteração de controle acionário da Companhia ocorrida em 30 de março de 2022 através de leilão de desestatização.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

ESHOJE SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2024)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.2
Verificação <https://eshoje.com.br/publicacao-legal/2024/03/publicacao-legal-22-03-2024/>

BDC COMUNICACOES
LTD.A.23895081000130

Assinado de forma digital por BDC
COMUNICACOES LTD.A.23895081000130



VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.
(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

2/6

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente,

nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - ES
Eduardo Afonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 - S - ES

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	162.686	82.642		
Contas a Receber de Clientes	4	14.313	5.621		
Créditos Negociados Com Clientes	5	-	5.400		
Estoques		435	75		
Tributos a Recuperar	6	8.352	10.969		
Outros Créditos	7	7.209	10.177		
Despesas Antecipadas	8	972	1.158		
Direito de Outorga Cedido - Circulante	22	30.867	-		
Total do ativo circulante		224.834	116.042		
Não Circulante					
Depósitos Judiciais	9	25.837	47.585		
Impostos Diferidos	10	63.234	68.949		
Outros Créditos	11	2.002	8.421		
Direito de Outorga Cedido - Não Circulante	22	28.044	-		
Investimentos		2	2		
Imobilizado	12	31.711	46.979		
Intangível	13	614.855	710.598		
Total do ativo não circulante		765.695	882.534		
Total do Ativo		990.529	998.576		

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	14	18.528	8.623		
Adiantamentos de Clientes - Contas a Receber	4	789	2.508		
Obrigações Tributárias	15	7.511	605		
Salários e Encargos	16	11.714	9.910		
Arrendamento Mercantil	17	261	493		
Adiantamento Clientes - Arrendamento	18	2.000	2.000		
Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	19	9.712	9.469		
Obrigações com Poder Concedente	20	23.497	3.804		
Benefício Pós Emprego	21	1.676	1.914		
Direito de Outorga Cedido - Circulante	22	30.867	-		
Outras Contas a Pagar	23	4.584	881		
Total do Passivo Circulante		111.139	40.207		
Não Circulante					
Impostos Diferidos	10	2.211	5.015		
Arrendamento Mercantil	17	3.509	5.297		
Adiantamento Clientes - Arrendamento	18	18.000	20.000		
Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	19	74.596	78.040		
Benefício Pós Emprego	21	44.220	35.653		
Demanda Judicial	24	51.560	65.406		
Obrigações com Poder Concedente	20	177.659	267.897		
Direito de Outorga Cedido - Não Circulante	22	28.044	-		
Outras Contas a Pagar	25	6.975	6.852		
Total do Passivo não Circulante		406.774	484.160		
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		517.913	524.367		
Patrimônio líquido					
Capital Social	26.1	568.621	568.568		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.3	7.228	17.204		
Prejuízos Acumulados	26.4	(103.233)	(111.563)		
Total do Patrimônio Líquido		472.616	474.209		
Total do passivo e patrimônio líquido		990.529	998.576		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do resultado exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

Demonstrações do resultado exercício	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Receita Operacional Líquida	27	241.307	172.977		
Custo dos Serviços Prestados	28	(129.290)	(81.250)		
Lucro Bruto		112.027	91.727		
Receitas/(Despesas) Operacionais					
Despesas Gerais e Administrativas	28	(64.679)	(61.674)		
Outras Receitas e Despesas, Líquidas	29	(26.987)	(76.594)		
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro		20.361	(46.541)		
Resultado financeiro					
Receitas Financeiras	30	20.200	20.515		
Despesas Financeiras	30	(22.832)	(12.684)		
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		17.729	(38.710)		
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	10	(6.488)	(7.582)		
Diferidos	10	(2.911)	16.780		
Lucro (Prejuízo) do Exercício		8.330	(29.512)		
Resultado por Ações Ordinárias em Reais - R\$	26.2	0.001	(0.004)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 (Valores Expressos em milhares de Reais - R\$)

Demonstrações do valor adicionado	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Receita					
Receita Da Operação Portuária		141.220	132.329		
Receita De Arrendamentos		119.203	63.258		
Vendas Canceladas		(202)	(920)		
Perdas Estimadas Com Crédito De Liquidação Duvidosa		3.038	(587)		
Outras		52.491	-		
Valor Adicionado Bruto		315.750	194.080		
Retenções					
Depreciação/Amortização		(17.188)	(15.180)		
Valor Adicionado Produzido Pela Entidade		188.424	69.436		
Valor Adicionado Recebido Em Transferência					
Receitas Financeiras		20.200	20.515		
Outras		-	66		
Valor Adicionado A Distribuir		208.624	90.017		
Distribuição Do Valor Adicionado					
Pessoal					
Remuneração Direta		79.921	46.255		
Benefícios A Empregados		26.022	31.830		
Honorários De Conselhos		1.386	567		
FGTS		17.468	2.831		
Tributos					
Federais		46.640	21.094		
Estaduais E Municipais		4.483	3.861		
Juros E Variações Monetárias		22.832	12.684		
Aluguéis		1.542	407		
Remuneração De Capital Próprio					
Lucro (Prejuízo) Do Exercício		8.330	(29.512)		
Valor Adicionado Distribuído		208.624	90.017		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota explicativa	Adiantamento		Ajustes de avaliação		Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
		Capital Social	Aumento de Capital	patrimonial	patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		550.292	21.197	(540)	(82.051)	(82.051)	468.898
Outros Resultados Abrangentes		-	-	17.744	-	-	17.744
Aporte de capital		26.537	-	-	-	-	26.537
Adiantamento para Aumento de Capital		-	(21.197)	-	-	-	(21.197)
Redução de Capital Social		(8.261)	-	-	-	-	(8.261)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	(29.512)	(29.512)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		568.568	-	17.204	(111.563)	(111.563)	474.209
Aporte de Capital	26.1	53	-	-	-	-	53
Outros Resultados Abrangentes	26.3	-	-	(9.976)	-	-	(9.976)
Lucro do Exercício	26.4	-	-	-	-	8.330	8.330
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		568.621	-	7.228	(103.233)	(103.233)	472.616

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Demonstrações do Resultado Abrangente	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) do Exercício		8.330	(29.512)		
Outros resultados abrangentes	26.3	(9.976)	17.744		
Resultado Abrangente Total do Exercício		(1.646)	(11.768)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício		8.330	(29.512)		
Ajustes do exercício					
Ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação E Amortização		17.172	15.180		
Baixas de Imobilizado e Intangível		52	2.771		
Reclassificações de Imobilizado e Intangível		481	-		
Provisão Para Risco		(345)	59.919		
PECLD de Contas a Receber		(3.038)	587		
Imposto De Renda E Contribuição Social Diferidos		2.911	(16.780)		
Imposto De Renda Corrente		6.488	7.582		
Adiantamento Clientes - Arrendamento		(2.000)	(2.000)		
Juros Sobre Arrendamento Mercantil		414	378		
Juros Sobre Portus E Plano De Pensão		6.173	14.231		
Juros Sobre Depósitos Judiciais		(2.163)	(3.928)		
Juros Valores negociados com Clientes		-	(2.302)		
AVP + juros obrigação poder concedente		-	7.897		
Juros Complemento De Aposentadoria		950	-		
Obrigação Com Poder Concedente		44.994	3.804		
Lucro Ajustado		80.419	57.827		
Variações Nas Contas de Ativos E Passivos					
Contas a Receber De Clientes		(5.654)	6.725		
Créditos Negociados Com Os Clientes		5.400	(1.910)		
Estoques		(360)	(1)		
Tributos a Recuperar		2.617	8.304		
Despesas Antecipadas		2.968	(10.155)		
Depósitos Judiciais		23.911	10.034		
Outros Créditos		6.605	300		
Fornecedores		9.905	4.935		
Obrigações Tributárias		5.506	2.777		
Salários E Encargos		1.804	3.921		
Adiantamentos De Clientes - Contas A Receber		(1.719)	(627)		
Obrigação Com Poder Concedente		(3.932)	-		
Pagamento Portus		(10.423)	(6.030)		
Pagamento de Plano de Pensão		(1.548)	-		
Provisão Para Risco		(13.501)	(8.118)		
Outras Contas A Pagar		3.826	(3.067)		
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades Operacionais		105.824	7.088		
Pagamento de IR e CS		(4.064)	(10.987)		
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades Operacionais		101.760	53.928		

Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimento

Imobilizado E Intangível	(21.062)	(1.175)
Outorga De Bonificação	-	(106.000)
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades De Investimentos	(21.062)	(107.175)

Fluxo De Caixa Das Atividades De Financiamento

Pagamento De Arrendamento	(707)	(896)
Devolução AFAC	-	(21.197)
Aumento De Capital	53	26.537
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(654)	4.444
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	80.044	(48.803)
Caixa no Início do Exercício	82.642	131.445
Caixa no Final do Exercício	162.686	82.642
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	80.044	(48.803)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

ESHOJE SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2024)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.3
Verificação <https://eshoje.com.br/publicacao-legal/2024/03/publicacao-legal-22-03-2024/>



VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.
(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA)

BDC COMUNICACOES
LTD.A:2389508100017
0

Assinado de forma digital por
BDC COMUNICACOES
2024.03.21 10:48:37
-0300

3/6

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vports Autoridade Portuária S.A., anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A Vports tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 ("Contrato de concessão"), e Edital nº 01/2022 - PPI/PND ("Edital").

1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações antes de propriedade da União Federal e dos Estados do Espírito Santo foram compradas pela Holding Vports em setembro de 2022. Na ocasião 10% das ações da união foram reservadas para oferta aos empregados e aposentados, conforme previsto no Edital do Leilão nº 01/2022.

A sobre de ações não adquiridas pelos empregados e aposentados foi adquirida pela Holding Vports que hoje detém 99,31% das ações da Companhia.

1.2. Concessão do Porto Organizado

No mesmo mês da venda das ações da Companhia, foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Vports (anteriormente chamada de CODESA), cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 07 de março de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como as normas internacionais de contabilidade da International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Reconhecimento de receitas e despesas

2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

2.6. Tributação

2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A provisão para Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando sua realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Anualmente a Companhia avalia a realização do imposto diferido ativo e, caso sua utilização não seja provável, o saldo não é reconhecido.

2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços

Em operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços ("ISS") é calculado de maneira similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia mantém atividade é de 5,00%.

2.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- o custo amortizado;
- o valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- o valor justo por meio do resultado.

2.8. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

2.8.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominadas em Reais (R\$), para os quais não existem muitas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento. A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

2.8.2.1. Contas a receber e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

2.8.2.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

2.9. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, termo de compromisso com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente fornecedores.

2.10. Desreconhecimento (baixa)

2.10.1. Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou (iii) a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo que venha a: (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle ao mesmo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

2.10.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo

original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Despesas antecipadas

Apropradas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de maneira linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 9,92% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Companhia foram certos contratos de locações de imóveis.

2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

2.14. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.15. Redução ao valor recuperável ("impairment")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

2.17. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício e/ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

2.18. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

2.19. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

ESHOJE SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2024)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.4

Verificação <https://eshoje.com.br/publicacao-legal/2024/03/publicacao-legal-22-03-2024/>



VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A. (Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA)

4/6

correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.20. Distribuições de lucros

Conforme previsto no estatuto da Companhia a distribuição de lucros aos sócios poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que haja levantamento de balanço ou balancete intermediário que demonstre lucro acumulado.

A política de dividendos da Companhia, determina que o lucro líquido apurado, de acordo com a legislação pertinente, terá a seguinte destinação:

- Absorção de prejuízos acumulados;
 - 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social;
 - No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Vports.
- O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

2.21. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.21.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

2.21.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b) Provisões para riscos:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 24). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c) Realização do imposto de renda diferido:

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

2.22. Receita e custo de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita e o custo de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.008	2.694
Operações compromissadas (a)	161.678	79.948
Total	162.686	82.642

(a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

4. Contas a receber e adiantamentos de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Faturas a receber de clientes	20.669	15.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.356)	(9.394)
Contas a receber	14.313	5.621
Adiantamentos de clientes (passivo)	(789)	(2.508)

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito a incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PECLD na Companhia é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos há mais de 180 dias. Nessa situação, além dos créditos vencidos há mais de 180 dias, considera-se como perda estimada todos os créditos do cliente, independentemente do seu vencimento. Além da provisão estimada de 0,1% sobre todos os demais títulos, vencidos e a vencer ainda não provisionados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, a movimentação se deve principalmente a mudança praticada pela Companhia para a recepção de navios, onde as tarifas portuárias praticadas precisam ser 100% adiantadas. A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022

	Valor
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(9.394)
Reversão	(2.888)
	5.926
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(6.356)

O critério gerencial estabelecido pela Companhia atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC 48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	10.545	(13)	4.263	-
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	748	(9)	1.287	-
De 31 a 60 dias	-	-	1	(1)
De 61 a 180 dias	64	(21)	236	(165)
De 181 a 365 dias	76	-	344	(344)
Mais de 365 dias	9.236	(6.313)	8.884	(8.884)
Total	20.669	(6.356)	15.015	(9.394)

5. Créditos negociados com clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a receber de clientes	12.484	17.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.484)	(12.484)
Total de contas a receber	-	5.400

A movimentação de queda observada na comparação de 31 de dezembro de 2023 com 31 de dezembro de 2022, refere-se ao recebimento dos títulos negociados.

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	-	-	5.400	-
Títulos vencidos:				
Mais de 365 dias	12.484	(12.484)	12.484	(12.484)
Total	12.484	(12.484)	17.884	(12.484)

6. Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a compensar	2.829	6.573
CSLL a compensar	1.755	1.431
INSS retido a compensar	216	151
PIS a compensar	503	472
COFINS a compensar	3.049	2.245
Outros tributos	-	97
Total	8.352	10.969

7. Despesas antecipadas

	31/12/2023	31/12/2022
Licença de software	50	82
Seguro de vida usuários e terceiros	-	14
Seguros responsabilidade civil adm. (b)	277	155
Seguros bens móveis e imóveis (b)	2.881	2.393
Dragagem de manutenção (a)	3.717	7.435
Seguro garantia concessão (b)	63	83
Seguro garantia judicial	221	15
Total	7.209	10.177

(a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram registrados no balanço como despesas antecipadas a sua apropriação está ocorrendo no resultado de acordo com a perspectiva de obtenção de benefício econômico desse serviço visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Companhia, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória do setor portuário (SICARSPANTAQ), reflete o impacto no resultado pelo princípio da competência. Parte do valor da dragagem encontra-se no grupo de Outros créditos, registrada no não circulante (Nota Explicativa nº 12).

(b) Seouros obitatórios do contrato de concessão.

8. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	235	1.094
Assistência médica a recuperar	42	59
Outros créditos	695	5
Total	972	1.158

9. Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	22.627	33.277
Recursal	-	3.739
Cível/tributário	3.210	10.569
Total	25.837	47.585

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no exercício:

	Trabalhista	Recursal	Cível/Tributário	Total
Saldo em 31/12/2022	33.277	3.739	10.569	47.585
Depósitos/bloqueio	3.579	415	264	4.258
Atualização	1.875	66	222	2.163
Saque	(7.778)	-	(4.244)	(12.022)
Resgate	(15.822)	(639)	(627)	(17.088)
Ajuste saldo/transfêrencias	7.496	(3.581)	(2.974)	941
Saldo em 31/12/2023	22.627	-	3.210	25.837

12.1. Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2022		Reclassificações		Antecipação de crédito de PIS/COFINS		31 de dezembro de 2023	
	Aquisições	Baixas	Transferências	Transferências	Depreciação	Depreciação		
Instalações	13.868	145	-	1.077	(68)	(688)	14.324	
Veículos	218	-	(5)	-	(11)	(80)	122	
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4	68	-	-	-	(1)	71	
Equipamentos de informática	231	334	-	3.893	(1)	(337)	4.120	
Móveis e utensílios	157	6	(38)	317	(43)	(399)	399	
Direito de uso de ativo	5.357	-	-	(1.727)	(19)	(346)	3.265	
Imobilizações em andamento (a)	27.144	3.325	-	(150)	-	-	9.410	
Total	46.979	3.878	(52)	(1.877)	(100)	(1.495)	31.711	

	31 de dezembro de 2021		Reclassificações		Antecipação de crédito de PIS/COFINS		31 de dezembro de 2022	
	Aquisições	Baixas	Transferências	Transferências	Depreciação	Depreciação		
Terrenos	8.261	-	(8.261)	-	-	-	-	
Benefícios em imóveis de terceiros	348.153	160	-	(462.703)	(301)	114.691	-	
Instalações	19.831	108	-	(15.307)	(102)	9.338	13.868	
Veículos	310	-	-	-	(9)	(83)	218	
Máquinas, equipamentos e ferramentas	63	229	-	(1.360)	(11)	1.083	4	
Equipamentos de informática	191	86	-	-	-	(46)	231	
Móveis e utensílios	194	-	-	-	-	(37)	157	
Direito de uso de ativo	5.537	2.137	(1.661)	-	(52)	(604)	5.357	
Imobilizações em andamento	33.332	1.006	(2.771)	-	-	-	27.144	
Total	415.872	3.726	(12.693)	(483.793)	(475)	124.342	46.979	

Os saques são oriundos a pagamentos de acordos efetuados dos processos, enquanto os resgates tratam de valores retornados ao caixa da empresa após decisão judicial.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		
I - Lucro/prejuízo antes da tributação	17.729	(38.710)
II - Impostos diferidos acumulados	-	-
III - Base de Cálculo	17.729	(38.710)
IV - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas CSLL	8.207	12.183
V - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas IR	8.207	12.183
VI - Compensação de prejuízos fiscais	(7.781)	-
VII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para CSLL	18.155	(26.527)
VIII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para IRPJ	18.155	(26.527)
IX - Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ	4.824	3.979
Alíquotas de 15% IRPJ	2.007	2.677
Alíquota adicional de 10% IRPJ	2.007	2.677
Alíquotas de 9% CSLL	2.575	2.387
Incentivos fiscais	(7)	155
X - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados	9.399	9.198
Alíquota efetiva	(53,01%)	(23,76%)
IRPJ e CSLL Correntes	(6.488)	(7.582)
IRPJ e CSLL Diferidos	(2.911)	16.780
Total	(9.399)	9.198

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2023			31/12/2022		
Ativo	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL	24.111	9.310	33.421	26.265	10.087	36.352
Diferenças temporárias						
Provisão para perdas de créditos	3.409	1.227	4.636	3.217	1.158	4.375
Provisão para demanda judicial	12.890	4.640	17.530	16.351	5.887	22.238
Outras	5.623	2.024	7.647	4.400	1.584	5.984
Total	21.922	7.891	29.813	23.968	8.629	32.597
Total	46.033	17.201	63.234	50.233	18.716	68.949

	31/12/2023			31/12/2022		
Passivo	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Depreciação fiscal x gerencial	(1.001)	(360)	(1.361)	(3.688)	(1.327)	(5.015)
Outros passivos diferidos	(625)	(225)	(850)	-	-	-
Total	(1.626)	(585)	(2.211)	(3.688)	(1.327)	(5.015)

11. Outros créditos não circulantes

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de investimentos	-	14
Créditos a recuperar (b)	1.590	4.629
Despesas antecipadas (a)	412	3.778
Total	2.002	8.421

(a) Trata-se de parte do gasto com a dragagem de manutenção que será amortizado por um período de dois anos conforme informado na Nota Explicativa nº 7.

(b) A movimentação observada se deve principalmente pelo recebimento do crédito de FUNDAF no qual a Companhia aguardava o ressarcimento pela Receita Federal do Brasil e teve o valor recebido no exercício de 2023.

12. Imobilizado

	31 de dezembro de 2023			
% Taxa de depreciação a.a.	Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido	
Instalações	10	17.456	(3.132)	14.324
Veículos	5	433	(311)	122
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.002	(8.931)	71
Equipamentos de informática	20	4.739	(619)	4.120
Móveis e utensílios	10	784	(385)	399
Direito de uso de ativo	5.065	(1.800)	3.265	
Imobilizações em andamento	9.410	-	9.410	
Total	46.889	(15.178)	31.711	

	31 de dezembro de 2022			
% Taxa de depreciação a.a.	Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido	
Instalações	10	17.688	(3.820)	13.868
Veículos	5	664	(446)	218
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10			

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

ESHOJE SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2024)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.5
Verificação https://eshoje.com.br/publicacao-legal/2024/03/publicacao-legal-22-03-2024/

BDC COMUNICACOES
LTD.A 289508100017

5/6



VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A. (Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA)

(a) As adições referem-se principalmente a aquisição de câmeras de vigilância para área interna do porto, onde está sendo atualizado todo o sistema de segurança e monitoramento interno. Após a assinatura do contrato de concessão, os bens classificados no Imobilizado que serão reversíveis ao final do contrato ao poder concedente foram transferidos para o Intangível conforme ICPC 01 (R1). A depreciação dos bens remanescentes no Imobilizado após a transferência dos bens reversíveis da concessão permaneceram as taxas já utilizadas. O valor líquido do Imobilizado em operação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 31.711, dos quais R\$ 13.029 (41%) referem-se ao Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações, conhecido por Vessel Traffic Management Information System (VTMIS), formado por equipamentos, softwares, computadores, radares, sinalização, câmeras, rede lógica, alimentação elétrica, entre outros.

13. Intangível

	31 de dezembro de 2023			
	% Taxa de depreciação a.a.	Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	5	111	(10)	101
Marcas e patentes	-	296	-	296
Bens anteriores a concessão	35	1.320	(1.320)	-
Outorga fixa	35	148.394	(5.299)	143.095
Outorga à vista	35	106.000	(3.786)	102.214
Ativos da concessão	35	367.850	(12.555)	355.295
Investimentos em andamento	-	13.864	-	13.864
Total		637.835	(22.970)	614.865

13.1. Movimentação do intangível

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2023				
	Aquisições	Baixas	Reclassificações (b)	Transferências (a)	Amortização	Aquisições	Baixas	Reclassificações (b)	Transferências (a)
Software	-	-	-	-	(10)	111	-	-	-
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	296	-	-	-
Outorga fixa	258.143	-	(111.606)	-	(3.442)	-	-	-	-
Outorga à vista	105.243	-	-	-	(3.029)	-	-	-	-
Ativos da concessão	347.212	4.133	-	35	(9.196)	4.133	-	14.035	-
Investimentos em andamento (c)	-	-	-	-	-	12.644	-	(367)	1.587
Total	710.599	17.184	(111.938)	15.622	(924)	17.184	(817)	15.622	15.622

(a) O valor de R\$ 15.622 em 31 de dezembro de 2023 classificado como "transferência", na presente nota, e nota de Imobilizado (Nota Explicativa nº 12) refere-se à finalização de obra da Cadeia Logística Portuária Integrada que ainda estava em andamento antes da privatização e naquele momento, era então ativo imobilizado, passado a ativo intangível após sua finalização por se tratar de um bem reversível conforme o ICPC 01 (R1). Também é observado a adição de R\$ 12.644 que se referem principalmente em obras conforme o contrato de concessão;

(b) A coluna de "reclassificações" apresentada na presente nota decorrem no seu valor com maior expressão o impacto da mudança na taxa de desconto conforme exposto na Nota Explicativa nº 20.3;

(c) As adições observadas referem-se em sua maioria às obras do contrato de concessão, entre elas se destacam a reforma dos armazéns do Cais Comercial em Vitória, e os projetos de reforma da pera ferroviária de Capuaçu em Vila Velha.

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato. O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (faz parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados. Todos os bens intangíveis relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

14. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de serviços	17.441	8.053
Fornecedores de material	1.087	570
Total	18.528	8.623

O aumento observado na linha de fornecedores de serviços se deve principalmente pelo início das obras do contrato de concessão, os demais valores são compostos substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, alugueis e fornecedores de informática.

15. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS a recolher	2.404	305
PIS a recolher	518	2
ISS a recolher	641	298
IRPJ/CSLL a recolher	3.948	-
Total	7.511	605

16. Salários e encargos

	31/12/2023	31/12/2022
Salários, férias e outras gratificações	10.218	6.641
INSS a recolher	510	1.057
FGTS a recolher	109	352
IRRF sobre a folha de pagamento	453	1.552
Outras obrigações trabalhistas	424	308
Total	11.714	9.910

17. Arrendamento mercantil

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2022	Variação monetária/ Efeitos de renovação		Saldo em 31/12/2023
		Adições	Provisões	
Imóveis	5.790	398	(1.711)	3.770
Circulante	493	-	-	493
Não Circulante	5.297	-	-	5.297

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros de 9,92%. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde encontra-se a sede administrativa da Companhia e aluguel de uma área onde encontra-se instalada uma torre integrante do sistema VTMIS.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Imóveis	261	288	318	2.642

18. Adiantamento arrendamento cliente

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos não circulante	18.000	20.000
Total	20.000	22.000

	31 de dezembro de 2022			
	% Taxa de depreciação a.a.	Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
Software	5	10	(10)	-
Bens anteriores a concessão	35	5.607	(5.607)	-
Outorga fixa	35	260.000	(1.857)	258.143
Outorga à vista	35	106.000	(757)	105.243
Ativos da concessão	35	349.647	(2.435)	347.212
Total		721.264	(10.666)	710.598

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2023				
	Aquisições	Baixas	Reclassificações (b)	Transferências (a)	Amortização	Aquisições	Baixas	Reclassificações (b)	Transferências (a)
Software	-	-	-	-	(10)	111	-	-	-
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	296	-	-	-
Outorga fixa	258.143	-	(111.606)	-	(3.442)	-	-	-	-
Outorga à vista	105.243	-	-	-	(3.029)	-	-	-	-
Ativos da concessão	347.212	4.133	-	35	(9.196)	4.133	-	14.035	-
Investimentos em andamento (c)	-	-	-	-	-	12.644	-	(367)	1.587
Total	710.599	17.184	(111.938)	15.622	(924)	17.184	(817)	15.622	15.622

Valor recebido antecipadamente referente ao contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02 de fevereiro de 2008 a 30 de setembro de 2033, que visa atender ao Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural (PLANGÁS), instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do Processo Administrativo nº 3453/2007.

19. Termo de compromisso financeiro - Portus

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	9.712	9.469
Não circulante	74.596	78.040
Total	84.308	87.509

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro (TCF) com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07/2020 e a última está prevista para junho de 2035;
- Sistema Price de amortização;
- atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A seguir, a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no exercício:

	Valor (R\$)
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2022	87.509
(+) Juros	4.508
(-) Pagamentos	(10.423)
(+/-) Atualização/Ajustes	2.714
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2023	84.308

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa pré-fixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	posição	Cenário provável				Cenário provável			
			I (+25%)	II (+50%)	III (-25%)	IV (-50%)	I (+25%)	II (+50%)	III (-25%)	IV (-50%)
Passivos Financeiros										
Empréstimos e Financiamentos	INPC	84.308	3.128	3.910	4.692	2.346	1.564			

20. Obrigações com o poder concedente

20.1. Curto prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Outorga variável	21.919	3.476
Terreno Greenfield	1.578	328
Total	23.497	3.804

20.1.1. Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do exercício, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

20.1.2. Obrigação sobre terreno Greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno Greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

20.2. Longo prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Outorga Fixa	618.850	618.850
Ajuste a Valor Presente	(470.456)	(355.246)
Atualização IPCA	29.265	4.293
Total	177.659	267.897

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no

valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 13 e o Passivo conforme a efetivação dos pagamentos que ocorrerem todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

20.3. Revisão de taxa de desconto

A Companhia, se valendo das boas práticas e regras contábeis, revisou e atualizou a sua taxa de desconto aplicada a seus demonstrativos contábeis, que eram de 5,53% para 9,92%.

A definição da taxa de desconto em 5,53% foi baseada na compreensão de que, considerando as particularidades da dinâmica de mercado em que a atividade de autoridade portuária se insere. A autoridade portuária mescla serviços de logística, infraestrutura de utilidades, negócios imobiliários, entre outros. Portanto, a melhor estimativa foi um pool de debêntures de infraestrutura, sem concentração setorial específica ("Carteira de Comparáveis").

A modelagem econômico-financeira da atividade de autoridade portuária é orientada pela ANTAQ com análises setoriais específicas, que almejam contribuir com melhores estimativas para as empresas do setor bem como orientar discussões regulatórias de reequilíbrio e avaliação econômica. Diferentemente de terminais portuários, explorados em regime de concessão há mais de 25 anos, as autoridades portuárias seguem públicas, exceto pela Companhia.

A compreensão do modelo de negócios, ainda que correta desde o início, aumentou e reconheceu fatores de influência distintos daqueles reconhecidos desde o início do Contrato de Concessão. As discussões regulatórias com o Poder Concedente e com a ANTAQ apontam que novos fatos ao longo do ano de 2023 indicam a necessidade de revisão do pool de riscos que levaram ao emprego da Carteira de Comparáveis.

Com base nas considerações acima, a Companhia realizou uma pesquisa com o intuito de reavaliar a taxa de desconto vigente. Foram levantados os relatórios de modelagem econômico-financeira da ANTAQ, onde é abordado o custo médio ponderado do capital adequado ao setor portuário.

O CPC 23 menciona no item 38 que as alterações em mudanças de taxas devem afetar os resultados correntes da companhia, e por isso, avaliamos que o ideal é contabilizar os efeitos da mudança no resultado corrente.

Diante de todos os argumentos aqui mencionados, a administração da Companhia concluiu que a atualização da taxa se torna convergente ao modelo de negócio econômico-financeiro da companhia e procede com a atualização no exercício de 2023.

21. Benefício pós emprego

A Companhia contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS e complemento de aposentadoria:

	31/12/2023	31/12/2022
Complementação aposentadoria	1.676	1.914
Total curto prazo	1.676	1.914
Complementação aposentadoria PORTUS	10.012	10.029
Total longo prazo	44.220	35.653

21.1 PORTUS

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo plano pensão Portus	25.624	46.210
Ajustes cálculo atuarial no exercício	(1.049)	(2.842)
Ajuste ORA	9.633	(17.744)
Saldo final	34.208	25.624

21.2 Complemento de aposentadoria

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo complemento de aposentadoria	11.943	11.943
Benefícios pagos	(1.548)	-
Ajustes cálculo atuarial no exercício	950	-
Ajuste ORA	343	-
Saldo final	11.688	11.943

22. Direito de outorga cedido

	31/12/2023	31/12/2022
Direito de outorga cedido - circulante	30.867	-
Direito de outorga cedido - não circulante	28.044	-
Total	58.911	-

A Companhia firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegante de área para movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidados em 5 anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Companhia, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Companhia, em função disso, registrar o direito de recebimento das 3 parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado a receita na medida em que as condições precedentes sejam cumpridas.

Os valores apresentados na presente nota são idênticos em ativos e passivos, pois ao mesmo tempo que a Companhia tem o direito do recebimento dos valores, ela tem a obrigação decorrente do compromisso do contrato e suas particularidades de acordo com sua vigência.

23. Outras contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Cretores diversos	414	276
Cretores depósitos caucionados	58	57
Provisão de bônus a colaboradores (a)	3.285	-
Depósitos e consignações	597	297
Assistência médica	230	251
Total	4.584	881

(a) A realização do desembolso da provisão de bônus a colaboradores, tem a expectativa de ocorrer durante o exercício de 2024.

24. Demanda judicial

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia, as ações em que a Vports (anteriormente CODESA) é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

a. Provisões para demandas judiciais classificadas como perdas prováveis

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão provável para demandas judiciais	26.843	25.147
Processos trabalhistas	24.717	34.689
Processos cíveis	-	5.570
Processos tributários	-	-
Total	51.560	65.406

A partir de 31 de dezembro de 2022 as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para demandas judiciais prováveis:

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

h) ESHOJE SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2024)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.6
Verificação <https://eshoje.com.br/publicacao-legal/2024/03/publicacao-legal-22-03-2024/>

BDC COMUNICACOES Análise de forma digital por BDC
LTD.A 23895081000130 - Inscrição nº 304.031.334/02

Vports AUTORIDADE POTUÁRIA S.A. (Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

6/6

	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.701	1.904	-	13.605
Complemento de provisão	20.342	34.007	5.570	59.919
Pagamentos/baixas de alvarás	(6.896)	(1.222)	-	(8.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.147	34.689	5.570	65.406
Complemento de provisão	7.518	4.090	367	11.975
Pagamentos/baixas de alvarás	(5.822)	(1.326)	(7.043)	(14.191)
(-) Reversões de provisões	-	-	(11.630)	(11.630)
Transferência de saldos	-	(12.736)	12.736	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.843	24.717	-	51.560

	31/12/2023	31/12/2022
Demandas Judiciais Possíveis		
Processos trabalhistas	60.440	16.577
processos cíveis	117.586	278.989
Processos tributários	8.469	708
Total	186.495	296.274

Dentre os principais processos classificados como perdas possíveis podemos destacar:
• Franel no valor de R\$ 7.358. A Franel ajuizou a presente ação com o intuito de cancelar protesto de título realizado pela Vports (antiga CODESA), bem como esta seja impedida de realizar qualquer cobrança.

24.1. Entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária
Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada nessa avaliação, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos.

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Convênios	6.975	6.852
Total	6.975	6.852

26. Patrimônio líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	568.621	568.568
Ações ordinária	7.066.362.882	7.065.304.092

A Companhia obteve aumento de capital de R\$ 53 entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023 referente ao capital investido por acionistas minoritários.

26.2. Resultado por ação
O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido/prejuízo	8.330	(29.512)
Ações ordinária	7.066.362.882	7.066.362.882
Resultado básico por ações em Reais (R\$)	0,0012	(0,0042)

26.3. Ajuste de avaliação patrimonial
O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, e ao Complemento de Aposentadoria apontou em 31 de dezembro de 2023, uma perda líquida de R\$ 9.976 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2022 referente ao compartilhamento de riscos, encerrando assim o exercício de 2023 no valor de R\$ 7.228.

26.4. Prejuízos acumulados
O encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023, resultou em um saldo de prejuízo acumulado de R\$ 103.233, resultado a qual teve redução de R\$ 8.330 em relação ao valor apresentado em 31 de dezembro de 2022.

27. Receita operacional líquida
O saldo da receita nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com serviços portuários	141.220	132.329
Receitas com arrendamentos	119.203	63.259
Impostos sobre vendas e serviços	(29.649)	(21.691)
Cancelamentos e devoluções	(202)	(920)
Receita de construção	10.735	-
Receita operacional líquida	241.307	172.977
28. Custos e despesas por natureza		
31/12/2023	31/12/2022	
Despesas com pessoal	(55.689)	(79.032)
Serviços de terceiros	(52.226)	(22.512)
Amortizações concessão	(6.471)	(2.614)
Depreciações e amortizações	(10.717)	(12.566)
Materiais	(1.202)	(370)
Seguros	(3.377)	(1.342)
Obrigações da concessão	(43.077)	(8.324)
Energia, água e outras utilidades	(2.474)	(2.666)
Ações judiciais	(185)	(8.987)
Multas	(624)	(409)
Despesas com viagens	(553)	-
Despesas tributárias	(1.252)	(402)
Outras despesas	(5.377)	(3.700)
Custo de construção	(10.735)	-
Total	(193.959)	(142.924)

Custos dos serviços prestados (129.280) (81.250)
Despesas gerais e administrativas (64.679) (61.674)
Total (193.959) (142.924)

	31/12/2023	31/12/2022
29. Outras receitas e despesas líquidas		
Provisões para riscos	(5.174)	(71.862)
Provisão e reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa	3.038	(596)
Provisão assistência médica	-	(1.909)
Provisão bônus	(3.284)	-
Provisão energia elétrica	(307)	-
PDIV (a)	(75.491)	-
Reversão provisão p/ riscos	8.138	-
Reversão provisão plano de pensão	1.534	-
Outras despesas e receitas operacionais	12.722	(2.227)
Receita de direito de outorga (b)	31.837	-
Total	(26.987)	(76.594)

(a) Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia publicou o edital do Programa de Desligamento Incentivado e Voluntário (PDIV) 2023, conforme previsto no contrato de concessão. O PDIV visa estabelecer critérios e procedimento para a concessão de incentivos "a demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do artigo 477-B da CLT e da decisão proferida no RE nº 590415 do STF (Tema 152) ressaltando-se apenas os processos judiciais iniciados antes do dia 10 de janeiro de 2023.

Podem participar deste programa todos os empregados com vínculo ativo em 05 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia, o programa teve sua finalização no dia 31 de julho de 2023.

Durante o exercício de 2023 ocorrerão os desligamentos dos funcionários que optarem pela adesão ao PDIV. A primeira turma, desligou-se da Companhia no mês de fevereiro de 2023 e os demais desligamentos ocorreram até setembro de 2023.

O pagamento das verbas indenizatórias, se pode observar no grupo de Outras Despesas;
(b) O saldo de recebido refere-se à primeira parcela do direito de outorga do contrato Naveantes, conforme Nota Explicativa nº 22.

	31/12/2023	31/12/2022
30. Resultado financeiro		
Receitas financeiras:		
Variação monetária ativa	5.407	913
Rendimentos com aplicações financeiras	13.120	12.627
Juros ativos	913	2.982
Descontos obtidos	2	28
Outras receitas financeiras (juros e atual. s/ dep. Judiciais)	758	3.965
Total	20.200	20.515
Despesas financeiras:		
Variação monetária passiva	(21.045)	(10.948)
Despesas bancárias	(51)	(60)
Juros sobre empréstimos	(221)	(573)
Juros passivos	(413)	(120)
Outras despesas financeiras	(1.102)	(983)
Total	(22.832)	(12.684)

31. Instrumentos financeiros
30.1. Gestão do Risco de Capital
A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes caixa	162.686	82.642
Contas a receber	14.313	5.621
Créditos negociados com clientes	-	5.400
Depósitos Judiciais	25.837	47.585
Total	202.836	141.248
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	18.528	8.623
Passivo de Arrendamentos	3.770	5.790
Outras Contas a pagar	4.584	881
Obrigações com o poder Concedente	201.156	271.701
Total	228.038	286.995

30.2. Categorias de instrumentos financeiros
30.2.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas
Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

30.2.2. Exposição de juros e análise de sensibilidade
A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do sexto ano até o trigésimo ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

30.2.3. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros
Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e, os índices acumulados dos últimos que meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Ex- posição	Cenário					
			provável I	provável II (+25%)	provável III (+50%)	provável IV (-25%)	provável V (-50%)	
Saldos patrimoniais								
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	101% CDI	161.678	19.009	23.761	28.513	14.257	9.504	
Passivos financeiros								
Obrigações com o poder concedente	IPCA	177.659	8.208	10.260	12.312	6.156	4.104	

Ilson José Hulle Filho
Diretor Presidente

Miguel Britto Ferreira
Diretor Jurídico e Regulatório

Pedro Henrique Garcia Benevides
Diretor Comercial

Alsimar Santos Damasceno
Diretor de Infraestruturas e Operações

Scheslei Wagemacker
Gerente de Contabilidade

CRC-ES: 019.459/O-4

Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição os documentos de que tratam o Art. 133 e seus incisos, da Lei nº 6.404 de 16.12.76, relativos ao **Exercício Social encerrado em 31.12.2023**, podendo os mesmos serem examinados na Sede da **Companhia de Habitação e Urbanização do Estado do Espírito Santo - COHAB-ES** - Em Liquidação, situada a Rua Alberto Oliveira Santos, nº 79 - Loja 01 - Edifício Darcy Monteiro Centro - CEP: 29.010 - 250 - Vitória - ES.

Vitória - ES, 22 de março de 2024.

TANIA SAAD NOÉ
Liquidante - COHAB-ES

BDC COMUNICACOES Análise de forma digital por BDC
LTD.A 23895081000130 - Inscrição nº 304.031.334/02

ATENÇÃO
ATENÇÃO

O ES Hoje entende a importância da publicidade legal

Por que escolher o Jornal ES Hoje para sua Publicidade Legal?

- Alcance e Visibilidade: Com uma significativa base de leitores digitais, garantimos que suas publicações legais sejam vistas pelo público certo.
- Conformidade Legal: Asseguramos que todas as publicações estejam em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, contribuindo para a segurança jurídica.
- Acesso Facilitado: Nossas publicações digitais estão disponíveis, gratuitamente, por mais 60 dias, garantindo fácil acesso e consulta a qualquer momento.
- Processo Simplificado: Com a certificação digital credenciada pelo ICP-Brasil, o processo de publicação é rápido, seguro e sem complicações.

Nossos Serviços Incluem:

- Publicações de editais, balanços, licitações, convocações e muito mais.
- Disponibilidade de publicações tanto em nosso portal digital quanto na edição impressa semanal.
- Assistência completa durante todo o processo de publicação, desde a preparação do material até a sua veiculação.

Quer fazer orçamento?

Mande seu pedido para:

bianca@eshoje.com.br

